



ATA N.º 48/XII-3º/2019-20

1 - Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas 21H15, no Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos, sito na Alameda Guerra Junqueiro, nº 35, no Feijó, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

(continuação)

3 - Período da Ordem do Dia

- 3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;
- 3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da CMA relativo ao exercício de 2019”;
- 3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2019”;
- 3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da WEMOB relativo ao exercício de 2019”;
- 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Porto Brandão”;
- 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade”;
- 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Almada”;
- 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria”;
- 3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Local de Integração Comunidades Ciganas de Almada”;
- 3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão ao Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU)”;
- 3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Gerales; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Mara Rita Silva Martins; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Marina Alexandra Pereira Lopes; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; Inês Pizarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Elisabete Peres Pereira (CDU) e Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU) informando da impossibilidade de estarem presentes e pedindo a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as António José Olaio da Silva CDU por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, de Mário José de Sousa Pedroso e de Andreia Sofia Fernandes Egas, e António Abrantes de Almeida (CDU) por impedimento de José Augusto Tavares Oliveira e de Joana Tavares Reis Raposo.

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito António Joaquim Oliveira.

4.1.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind).

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do senhor Vereador Tiago Galveia em substituição da Senhora Vereadora Amélia Parda, por impedimento de Rui Jorge Martins, Ana Cláudia Alves Dias e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Senhor Município João Rocha.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por dizer quando se anunciam obras na Charneca de Caparica, Costa de Caparica e Sobreda, aparece logo uma força política de bloqueio, fazendo desinformação e boato, é a sua principal arma de arremesso. Como é do conhecimento público presentemente estão a decorrer obras nestes locais, em simultâneo tais como: a requalificação da Estrada Nacional 377 desde o Lazarim até a Rotunda da Tremoceira e nova Rotunda no Texugo-Sobreda. Em relação às obras da Fonte da Telha, tendo lido vários comentários em relação ao DPM (Domínio Público Marítimo) constato que muitos deles revelam desconhecimento sobre as normas da legislação vigente relacionadas com o Domínio Público Marítimo - DPM. A figura do DPM, teve origem numa redação de um Decreto Real datado de 31/12/1864, criando o conceito do Domínio Público Marítimo, instituindo igualmente as margens das águas do mar que, corresponderia a uma faixa com condicionamentos especiais de proteção de acesso, salvaguardando também outros bens, expressamente assumido por este diploma que, seria imprescritível, para além das estradas e das ruas, portos de mar, praias etc., ou que de futuro se construam, atualmente regido pelas Leis nº 54/2005, 15 de novembro e 58/2005, 29 de dezembro, respetivamente. Havendo apenas duas entidades com competência neste espaço de terreno, Ministério do Ambiente e Autoridade Marítima Nacional, sendo por inerência o Chefe de Estado Maior da Armada, tendo ainda vários Órgãos Consultivos na sua dependência tais como: Comissão de Domínio Público Marítimo, Instituto de Socorros a Náufragos, Direção de Faróis, Escola de Autoridade Marítima e Direção Geral da Autoridade Marítima e demais. Atualmente o Domínio Público Marítimo abrange uma faixa do território de cerca de 50 metros da linha média da baixa mar para o interior, provavelmente salvo melhor opinião de quem de direito, as obras recentemente realizadas na Fonte da Telha, estão fora da área da Jurisdição do DPM, dado as suas marcações existentes ao longo da Costa Marítima, com início na Costa da Caparica até à Lagoa de Albufeira, estarem colocadas muito antes das obras que se realizaram na Fonte da Telha (asfaltamento da estrada e rotunda criada), para beneficiação do trânsito naquele local. Em relação a Escola Primária da Sobreda, recentemente demolida, esteve durante 33 anos sem sofrer uma de conservação. Em todo este tempo serviu apenas para guardar apetrechos/Estaleiro da Junta de Freguesia de Sobreda, durante todos os mandatos dos executivos cessantes, tornando-se atualmente um perigo para os transeuntes que circulam naquela zona. Mais comunico a V. Exas que a presente rotunda só peca por ser tardia esta obra naquele local, já deveria ter sido efetuada há cerca de três décadas, face ao fluxo de trânsito que circula diariamente naquele local. Aproveito também esta oportunidade, para relembrar a uma força política representada nesta Assembleia Municipal, que os



Sobredenses não esquecem o passado recente, provavelmente os sucessivos comunicados, desse partido político tem apenas um objetivo, eliminar o passado, mas o passado nunca esquece, dado ao abandono/desprezo que o povo da Sobreda esteve sujeito durante 4 décadas. Agradecia ainda aos Senhores Eleitos cessantes, que informassem o signatário, na qualidade de responsável da Augi da Quinta da Adega, Processo de Reconversões nº 442/85, qual foi o destino dos 3250 metros de terreno (para cedência a CMA), adquiridos pelos proprietários desta Quinta em 1987, no local conhecido por Pilotos/Lazarim, para a conclusão do processo em epígrafe, que nunca chegou a acontecer até 2017, obrigando nessa data (1987) a um grande esforço financeiro dos mesmos. Para terminar, deixo um apelo à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada Municipal de Almada, Inês de Medeiros, os seus bons ofícios no sentido de encetar diligências para a resolução deste processo, considerando que atualmente os proprietários desta Augi, na maior parte sexagenários sobrevivem com apenas reformas mínimas, não possuindo quaisquer meios financeiros, para dispêndio/resolução relacionado com este Projeto de Loteamento.”

5.2 - Em resposta ao Senhor Município, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Vereador Miguel Salvado e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Muito sucintamente queria dizer ao Senhor Município João Rocha, se quiser deixar a sua intervenção na sua totalidade, terei todo o gosto em recebê-la e responder às questões que considerar mais pertinentes. Eu penso que sobre a questão das obras, foi a parte inicial das obras na Charneca tanto como na Costa da Caparica, também na Sobreda, como sabe o grande objetivo deste executivo é qualificar o nosso território e temos tentado fazê-lo da forma mais equitativa possível um pouco por todo o Município. Relativamente à questão da Escola da Sobreda (e penso que o Vereador Miguel Salvado também querará dizer umas palavras). Eu acho que essa matéria já foi muito debatida entre nós, pelo menos na reunião de Câmara e que teve transmissão, todos nós sabemos o apego que as pessoas têm aos edifícios onde viveram ou tiveram a sua infância e não negamos essa importância, mas também é verdade que há momentos em que temos que ser mais racionais e menos emotivos no sentido de perceber, que aquilo estava num espaço onde punha em causa a segurança tanto dos automóveis como das próprias pessoas, pela falta de visibilidade. Era um edifício que estava extremamente degradado e já deixei o compromisso até para receber associações que queiram, no sentido de se poder criar, que é uma ideia que uma vez nos trouxeram, poder criar ali mesmo em frente ao Solar dos Zagallos, um espaço, uma exposição sobre por exemplo, o Movimento Republicano em Almada que tão importante foi, e do qual aliás, esta Escola que era inicialmente uma casa, também era significativa, acho que há muitas maneiras de podermos relembrar e não perder a memória do passado. Dizer que tivemos o cuidado de fazer um levantamento fotográfico da Escola tal como estava, devo dizer que não é muito fácil, porque de facto, estava em muito, muito más condições devido às três décadas de abandono em que esteve. A Escola nunca tinha sido classificada, é surpreendente de repente este amor por edifícios e este reconhecimento de um valor do edifício que nunca houve a preocupação de classificar ou proteger. De qualquer maneira quero deixar que da nossa parte, teremos todo o gosto em relembrar todo o passado daquele edifício, relembrar tudo o que ele representa, acho que às vezes mais do que os edifícios, o importante é manter as ideias. E tanto quanto me é dado saber, aquele edifício estava ligado a uma ideia fundamental e que permite que hoje todos estejamos aqui, que é os valores republicanos. Os valores republicanos, reafirmados pelo 25 de Abril, nomeadamente no direito à educação para todos.”

5.2.2 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Em relação a estes assuntos, antes demais muito obrigado pela intervenção. Dizer o seguinte: São duas obras complicadas, não são obras fáceis, aquilo que a Câmara Municipal desde início procurou foi cumprir todas as regras e todas as questões técnicas associadas. Estão ambas ainda em decurso, não estão ainda terminadas, uma delas provavelmente terminará dentro em breve, a outra demorará um pouco mais de tempo. Mas já agora, gostaria de falar um bocadinho da rotunda do Texugo. Era uma intervenção que nós já tínhamos previsto há algum tempo, saudar aqui também a Junta de Freguesia que esteve sempre presente connosco e houve aqui



sempre um diálogo permanente com a Junta enquanto representante da população daquela zona do nosso Concelho. Aquela obra é um pouco mais abrangente do que se possa pensar, não é apenas uma rotunda. Esta parte inicial é realmente a rotunda e estamos já a fazer toda a configuração dela, mas como é sabido há muitos, muitos anos, ali é necessário fazer uma intervenção mais complexa, de substituição de todas as adutoras, porque cerca de 80% da água que o Concelho de Almada consome, passa por ali. É uma zona complicada, é uma zona onde temos consecutivamente ruturas, ainda a semana passada voltamos a ter outra. É uma situação que já estava identificada e estava identificada há muitos anos, neste momento os SMAS têm o procedimento pronto, vão arrancar para o concurso para que possamos fazer rapidamente a remodelação da parte entre a rotunda do Texugo e a entrada na zona das Torres do J. Caetano, na avenida da República. Isto porquê? Porque é talvez neste momento a zona mais complicada de toda a rede. Além do estado em que a estrada está, nós estamos com problemas ali complicados também e podem-nos criar problemas complicados inclusive no abastecimento. Porque temos alternativas, mas as alternativas sem aquela infraestrutura estar a funcionar, torna-se muito complicado. Por isso é que nós também tivemos de tomar esta decisão. Esta decisão não foi uma decisão fácil, foi uma decisão ponderada, foi falada, mas acima de tudo, foi uma decisão que não é só para construir uma rotunda como algumas pessoas assim o disseram e quiseram dizer, mas é sobretudo para reformular e remodelar todas as adutoras que ali passam, e é exatamente naquele cruzamento o cruzamento mais complicado, nós temos ali adutoras que seguem para o Lazarim, para o Monte, para Vale de Milhaços e por aí fora, é verdadeiramente e quem vê o desenho daquela infraestrutura do subsolo é verdadeiramente um puzzle que ali está. Além disso, nós vamos criar também ali uma zona técnica de apoio a esta infraestrutura, e como tal também esse espaço acaba por ser necessário. Fora todos os constrangimentos que já haviam na circulação e incluindo as condições de segurança do edifício, porque de vez enquanto tínhamos que lá ir para retirar pedras que caíam do próprio telhado e por aí fora. Por isso, sabemos que não foi um assunto fácil, não foi um assunto de fácil decisão, mas procuramos sempre munir-nos de toda a informação e essa informação está disponível.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia, para continuação da reunião de dia 25 de junho.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da Ordem do Dia relativa a Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

6.1.1 – Para apresentar a informação usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Um dos pontos importantes em qualquer Assembleia Municipal, é a apreciação da Atividade Municipal. Tendo em conta o período em análise, de janeiro a abril, é impossível, porém dissociar o trabalho realizado do combate à pandemia COVID-19. E a esse nível, já tivemos a oportunidade como relembrei ontem, numa Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, de debater a atividade desta Câmara Municipal de Almada, para garantir dentro da nossa esfera de competência, a segurança e saúde dos nossos trabalhadores e munícipes. Os primeiros passos passaram pelo encerramento dos equipamentos municipais, cancelamento de todas as iniciativas programadas, pela definição de novos métodos com o teletrabalho e a rotação de equipas e pela aquisição dos equipamentos de proteção individual, para salvaguardar todos os continuaram a exercer as suas funções presencialmente. Ainda em termos de saúde criamos a unidade de saúde do Pragal, dedicada ao COVID-19, o nosso centro de testes, cedemos o Caparica Sun Center ao Hospital Garcia da Orta, para descanso de profissionais de saúde, avançamos também com a desinfeção do nosso espaço público e disponibilizamos o espaço Unidade Mais, na Pousada da Juventude de Almada, para permitir alojamento de doentes COVID-19 positivos, que não têm condições de habitação condignas. O apoio social, foi e é uma das prioridades deste executivo. Pois em alturas de pandemia, temos que ter um olhar especial para aqueles que necessitam de maior cuidado e proteção. Lançamos a linha gratuita 800102040, que contemplou a entrega ao domicílio de serviços de refeição, cabazes de alimentos, medicamentos de primeira necessidade, passeio de animais domésticos e apoio psicológico à distancia e que, linha esta que, entretanto, já foi adaptada e reforçada, para aumentar a sua abrangência. Em conjunto com as IPSS, distribuímos milhares de refeições a famílias vulneráveis e mantivemos abertos os nossos refeitórios escolares, para permitir que os alunos do primeiro escalão da ação social escolar, pudessem ter esse apoio tão importante. Deixamos sempre em aberto, a possibilidade de abranger mais alunos,



o que não se verificou ser necessário, mas é algo que eu queria deixar aqui claro, porque inclusivamente os alunos do primeiro escalão, não chegaram a suprir todas as vagas que havia. E como a solidariedade é basilar neste Município, lançamos também o banco local de voluntariado e o nosso espaço de acolhimento a pessoas em situação de sem abrigo, no Pavilhão do Liberdade Futebol Clube, e que mereceu aliás, a visita do nosso Presidente da República. Em termos de apoios às famílias e empresas, suspendemos a cobrança do estacionamento, avançou-se com a isenção das faturas de água a todas as IPSS e Corporações de Bombeiros, prorrogamos o prazo de pagamentos das rendas municipais, alargamos o prazo de entrega das candidaturas à habitação social municipal e isentamos os nossos comerciantes de várias taxas, que vão desde a ocupação do espaço público, quiosques ou vendas a detalhe e a grosso. Ainda ao nível do apoio à nossa economia local, lançamos a plataforma digital, Almada estabelecimentos comerciais, com o objetivo de divulgar os vários espaços em funcionamento, produtos e serviços disponibilizados no Concelho de Almada, durante o período de maior confinamento. Muito foi feito nestes dois meses, partindo da dedicação dos nossos trabalhadores e do envolvimento e estreita relação com todos os agentes de segurança, saúde e rede social. E este trabalho teve continuidade para além do período em análise com a aprovação por exemplo, do Plano Almada Solidária, que contemplou um apoio suplementar às nossas associações e coletividades, e também a distribuição de mascaras pela nossa população que está ainda a decorrer. No entanto, a nossa atividade municipal, não se resume ao duro combate a esta pandemia. E aliás, permitam-me que diga, eu não estou a ser exaustiva pela razão que evoquei no início, porque tivemos uma Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal, sobre esta matéria. Antes, durante e depois, demos também continuidade a vários projetos importantes para o Concelho. Começando pelas políticas dedicadas aos mais jovens, os primeiros meses do ano ficaram marcados pela aprovação do Conselho Municipal de Juventude, uma medida essencial para chamar os jovens para o exercício democrático, pela primeira Edição do Orçamento Participativo Jovem, que teve com projeto vencedor o Music Sound You, e pela assinatura do protocolo entre a Universidade Nova de Lisboa e as Infraestruturas de Portugal que prevê a construção no Pragal, na área envolvente à estação do comboio, de uma residência para estudantes com a capacidade para duzentas e quarenta camas. E já que falamos de juventude, é de referir as cinquenta e quatro ações de educação e sensibilização ambiental, e as cinquenta e seis campanhas dedicadas à educação ambiental, para a época balnear em contexto de pandemia. O início do ano marcou também a entrada em vigor do novo Regulamento Municipal de acesso e atribuição de Habitação, Habit'Almada, que para garantir a equidade dos acessos às habitações, define as condições e critérios de classificação das candidaturas apresentadas pelos Municípios. Em termos de espaço público inauguramos, devo dizer não da forma como teríamos desejado, porque aliás, foi no último dia antes do confinamento, o Jardim da Cova da Piedade, com a esperança que num futuro muito próximo, possamos todos, desfrutar deste renovar de espaço e fazer por exemplo, as festas da Piedade, aliás foi algo que já falamos com o Senhor Presidente da União de Freguesias, ter ali um espaço renovado, para umas belas festas da Piedade, assim nos permita este vírus que assombrou as nossas vidas. Avançou-se igualmente com a intervenção no Campo Soares dos Reis, no Parque Urbano Comandante Júlio Ferraz e com a requalificação do parque infantil do Jardim da Criança no Laranjeiro, as remodelações profundas no Complexo Municipal dos Desportos, assim como no nosso Parque Escolar, aproveitando que as Escolas vazias devido à pandemia. Em termos totais, de janeiro a abril, foram realizadas quinhentas e setenta e duas intervenções de conservação do espaço público, em termos de rede viária e iluminação e trezentas e noventa e cinco, o nível da manutenção dos equipamentos municipais. Números que tendo em conta a pandemia, são ainda mais reveladores do cuidado que temos tido para melhorar este Concelho. Todas estas obras foram feitas naturalmente, com os cuidados de saúde necessários e nunca se lançam foguetes relativamente ao momento que estamos a viver porque tudo isto é imprevisível. Mas eu penso que, o comportamento dos almadenses tem permitido até agora e esperemos que a situação não mude, que Almada esteja a viver, por enquanto, eu volto a dizer com todos os cuidados, uma situação menos gravosa que outros Municípios da Área Metropolitana de Lisboa particularmente na margem norte. E aliás, permitam-me também, já que aborda esta questão, deixar aqui toda a minha solidariedade com todos os meus colegas autarcas Presidentes de Câmara, pelo momento muito difícil que estão certamente a viver. O cuidado que foi tomado, mas sobretudo o cuidado com o nosso espaço público e também o cumprimento daqueles que eram os nossos compromissos, esteve implícito igualmente, na decisão de parar a aplicação do glifosato devido aos efeitos negativos deste composto na saúde humana e de outros animais. E ao nível da higiene urbana, quero aqui realçar que as equipas nunca interromperam a sua atividade no Estado de Emergência, impedindo que esta



crise sanitária não atingisse outras proporções. Foram milhares, as toneladas de resíduos, monos e reciclagens e centenas as ações de controlo de pragas e desmatamentos realizadas. Aqui fica também o meu agradecimento muito especial a estes homens e mulheres que nunca desistiram de lutar e de beneficiar e de defender o nosso Concelho e os almadenses. Assim, a estes trabalhadores, e a todos os que continuaram a desempenhar as suas funções com o espírito de causa pública, endereço aqui e certamente o de todos os almadenses o meu mais sentido e profundo agradecimento. Em termos dos nossos Recursos Humanos, temos estado sempre junto dos nossos trabalhadores, ouvindo a suas necessidades e tentando dentro do limite imposto melhorar as suas condições de vida e trabalho. Quero também agradecer a uma equipa extraordinária durante estes meses, foi a equipa de coordenação do nosso Plano de Contingência, que foi coordenado pela Dr.ª Cristina Nogueira, mas do qual fizeram parte muitos serviços e se as coisas funcionaram mais uma vez, não estamos aqui a lançar foguetes, porque isto é tudo muito imprevisível, mas se as coisas funcionaram bem até agora, muito ao trabalho deles se deve. Mas relativamente à qualificação dos nossos trabalhadores, estava eu a dizer, que a exemplo deste empenho deste executivo, o Programa Qualifica Mais, que permite a conclusão de estudos e que abrangeu cento e vinte e um trabalhador. A formação específica a outros vinte e nove trabalhadores, e os nove processos de mobilidade só nos primeiros quatro meses de 2020. Em termos culturais estes foram também meses importantes, até porque em alturas difíceis, é a cultura e os artistas que nos ajudam e dão esperança no amanhã. Tivemos claro vários eventos cancelados, mas honramos sempre os nossos compromissos, reinventando-os de forma a manter uma ligação cultural com os nossos munícipes. Desde as comemorações do 25 de Abril, que se prolongaram até ao 1º de Maio, foi necessário anular o concerto que estava previsto e eu devo dizer que era o concerto do Rodrigo Leão, que estava previsto para o 25 de Abril, reprogramamo-lo agora para dia 23 e mesmo assim tivemos que anular a presença de público, mas mesmo assim, quisemos ter uma programação prolongada e não deixar de celebrar estas duas grandes datas do 25 de Abril e o 1º de Maio e pelo que, a nossa programação, somou 170.000.00 (cento e setenta mil) visualizações, graças ao Festival à Janela, que percorreu vários pontos do nosso Concelho e dos concertos por streaming que emitimos, assim como, e quero deixar também um agradecimento, à pareceria “Poesia que nos Une” com a Companhia de Teatro de Almada, que divulgou leituras de poemas por parte dos nossos munícipes, e também às “Histórias para rir e Sorrir Antes de Dormir”, onde os atores do Teatro Extremo juntaram-se para dar voz a histórias, fabulas e contos dos vários cantos do mundo, para as crianças ouvirem nas suas casas todos os dias ou de preferência antes de dormir. Também para o Teatro Extremo o meu profundo agradecimento. Aliás, os Podcast continuam e eu creio que é uma iniciativa tão bonita, ambas as iniciativas poderão continuar a seguir. Caras e caros Deputados/as Municipais, é sempre uma tarefa difícil tentar condensar em poucos minutos toda a tarefa municipal de um executivo, principalmente quando esta incide num tempo excecional com uma pandemia que testou a nossa capacidade de reação e coragem em implementar medidas fortes num curto espaço de tempo. Muito foi feito e muito foi conseguido. E se não tenho dúvidas que o futuro trará muitos desafios, tenho ainda mais certezas, que encontrará um executivo preparado e um Concelho resiliente para ultrapassar juntos todas as dificuldades. É difícil imaginar um período mais complexo do que aquele que acabamos de viver. E fomos juntos, todos juntos que o enfrentamos. Quero deixar aqui também uma palavra de agradecimento especial a todos os Vereadores/as, os do executivo, mas também os Senhores/as Vereadores/as da oposição, que nos tempos e nas decisões difíceis que tivemos que tomar, estiveram presentes e solidários. Por isso a todos muito obrigada.”

6.2 – Na discussão usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Lourenço (CDU), Artur Alfama (PAN), João Geraldes (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Inês Bom (BE), António Salgueiro (PSD), Ivan Gonçalves (PS). Usaram também da palavra os Senhores Vereadores Nuno Matias e Miguel Salvado e a Senhora Presidente da Câmara.

6.2.1 – Na sua intervenção, o Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU) apresentou um requerimento formal à Câmara Municipal sobre fornecimento de documentos sobre Quadro Desagregado de Apoios ao Movimento Associativo.

O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



No seguimento da discussão travada nesta sessão da Assembleia Municipal em torno dos Apoios ao Movimento Associativo e da distribuição por parte da Senhora Presidente da Câmara de um quadro agrupado com os Apoios ao Movimento Associativo entre 2015 e 2019. Requeiro o fornecimento urgente deste quadro desagregado por cada uma das entidades que receberam este apoio e que integram o Movimento Associativo.”

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Algumas breves notas em relação à Atividade Municipal. Foi ontem publicado o despacho 6615 de 2020. Este despacho vem atribuir às Câmaras Municipais, aos serviços competentes 500.000.00€ (quinhentos mil euros) para a esterilização de animais e 150.000.00€ (cento e cinquenta mil euros) para ações de sensibilização relacionadas com essas mesmas esterilizações. Estes valores são atribuídos no valor de 15.000.00€ (quinze mil euros) por Município, sabemos que Almada não tem feito um uso muito extensivo deste valor e considerando também que os recursos são como sabemos são escassos, gostaríamos de saber se este valor vai ou não ser aproveitado porque conforme é nossa opinião, o plano de esterilizações em Almada, é urgente de ser dinamizado de uma forma mais eficaz e julgamos que esta linha não resolvendo o problema pode dar um auxílio importante. Um outro assunto. Começar por agradecer em relação ao Requerimento que apresentamos acerca da poda de palmeiras, começar por agradecer a resposta que, entretanto, recebemos, no entanto não podíamos deixar de dar aqui uma nota sobre aquilo que se passou. Sabemos que foi um período conturbado, sabemos que o planeamento deste tipo de intervenção não pôde seguir de acordo com os normais procedimentos. O que é certo é que a poda acabou por ser efetuada em plena nidificação das aves, e não só isso, foi feita no pior período que podia ser que foi à noite. Logicamente muitas aves acabaram por não conseguir fugir, muitos ninhos foram destruídos e houve um número de mortes indeterminadas de aves e de pássaros juvenis. Aquilo que gostaríamos de saber, porque nós podemos estar aqui perante um crime ambiental, não sabemos, para nós independentemente da espécie e aqui a questão do crime ambiental tem a ver com as espécies, para nós obviamente não é a questão da espécie que determina a gravidade da situação, mas gostaríamos de saber mais detalhadamente que tipo de consequências é que são retiradas pelo executivo desta situação. Um outro tema que também é recorrente, já fizemos dois requerimentos sobre esta matéria, é sobre o canil ilegal de Santo António, o suposto canil ilegal de Santo António, é um problema que continua sem resolução, é um problema que o serviço veterinário municipal, tem demonstrado uma séria de dificuldade em conseguir resolve-lo, gostaríamos de saber se o Provedor do Animal tem sido envolvido nesta resolução, e se não porque é que não tem sido envolvido? Depois há aqui uma outra vertente que este caso envolve, que é um caso social também. Portanto, estamos a falar de uma pessoa que vive numa rulote, que tem segundo consta, alguns problemas que ao nível da Costa da Caparica, tem algum tipo de conflitualidade social que já é conhecida e gostaríamos de saber se em termos sociais, este caso está sinalizado e se não está porque é que não foi ainda sinalizado. Um outro assunto que foi tema nas últimas semanas, é a questão do alcatroamento num caminho de terra na Fonte da Telha, o PAN em relação a esta matéria, afasta-se provavelmente de todas as posições que existem nesta Assembleia Municipal. Na nossa visão nem alcatrão, nem habitações numa zona com este nível de sensibilidade, é essa a nossa visão para aquela área. Sabemos que há uma comunidade de pessoas, uma comunidade piscatória, que vive ali há largas décadas, sabemos obviamente que não é um assunto fácil de resolver. No entanto, nem sempre aquilo que as pessoas querem é o melhor para elas e sabemos também que nas próximas décadas, se calhar já na próxima década, é uma zona que vai estar ameaçada e é bom que todos tenhamos consciência quando permitimos que certas situações se mantenham, as consequências também são da nossa responsabilidade. Nesta linha também gostaríamos de perguntar em relação aos parques de campismo indo um bocadinho para norte, o que é que está neste momento a ser feito, visto que sabemos que também é um problema por resolver na mesma linha de raciocínio. Depois uma questão que também é recorrente, o PAN enviou à Administração dos Transportes Sul do Tejo, à Autoridade de Mobilidade e Transportes e à Área Metropolitana de Lisboa, uma carta aberta no dia 4 de maio, onde expressava a sua preocupação com os problemas que se poderiam verificar nomeadamente na saúde pública, com a supressão de autocarros e com a não reposição total de carreiras, tendo nós nessa altura exigido que fossem repostas conforme no dia 4 de janeiro, onde se iniciou este percurso de supressão carreiras que culminou e culmina ainda atualmente, numa substancial redução da oferta. Sabemos hoje, que um dos maiores motivos para que os focos de contágio se



tenham intensificado, tem exatamente a ver com o problema que identificamos, que são os transportes públicos e a falta de oferta suficiente para permitir as medidas de distanciamento social. E neste sentido gostaríamos de também, sabendo das limitações que o executivo tem, saber também se é mantida a pressão possível, sabendo também que existem mais fundos ao nível agora do orçamento que o Estado vai aprovar, mais fundos para os TST e que segundo consta os fundos que tinham já eram mais do que suficientes. Portanto, julgamos que a pressão deve ainda ser intensificada. Uma questão final em relação a uma preocupação que nos tem chegado de alguns cidadãos e algumas cidadãs, nós já enviamos sobre este assunto um email ao Senhor Vereador Miguel Salvado, ainda não obtivemos resposta e tem a ver com a zona da Romeira e com a possibilidade de estarem ou não previstas lombas para aquela zona. Portanto, nós já conhecemos, existe ali uma comunidade de animais há muitos anos, provavelmente há cinco, dez anos, de animais muitos deles assilvestrados, e no fundo não somos obviamente contra a requalificação da zona, não é isso que está em causa, mas gostaríamos que até no seguimento da recomendação que aqui aprovamos em abril de 2019, que no fundo aquela zona fosse identificada como sensível e fosse feita a devida intervenção com lombas dissuasoras de velocidade.”

6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, a CDU traz duas questões que gostaríamos de colocar à Câmara Municipal e à Senhora Presidente da Câmara e de alguma forma estranhamente, esperávamos que na intervenção de apresentação deste ponto a Senhora Presidente da Câmara referisse com detalhe e em profundidade, uma das questões que nós sabemos que é mais importante neste momento em curso no Concelho, mas como disse estranhamente não ouvimos essas palavras e elas dizem respeito à Estrada Nacional 377 na Charneca de Caparica. Por isso nós temos uma questão para colocar à Senhora Presidente da Câmara nessa matéria. Tendo sido disponibilizado, a pedido dos Vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, o projeto de execução da empreitada na antiga EN 377 na Charneca de Caparica, perguntamos à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

1. No documento “GEOMETRIA DO TRAÇADO, Memória descritiva e justificativa, novembro de 2019”, que consta do conjunto de peças que integram o projeto de execução da obra, diz-se na sua página 11, que “atendendo ao contexto de intervenção da antiga EN377 e custos inerentes à substituição e/ou organização das infraestruturas existentes no subsolo, por iniciativa da Câmara Municipal de Almada não será efetuada nenhuma intervenção de fundo destas. Neste contexto, as alterações a efetuar serão reduzidas ao mínimo indispensável, nomeadamente, nas zonas de cruzamentos giratórios (rotundas) ou resultantes do traçado da vala de 150kV (REN)”.
2. Neste quadro, solicitamos que a Sr.ª Presidente complementarmente nos informe sobre as seguintes questões:
 - No Projeto de Execução da obra que já referimos são feitas apenas leves referências ao enterramento da linha de muito alta tensão no traçado da antiga EN 377, não constando qualquer descrição detalhada dos trabalhos a realizar neste domínio. A que se deve esta omissão que para nós não é compreensível?
 - Quem é o “dono de obra” desta intervenção?
 - No caso de ser a REN o “dono de obra”, se foi concretizado e em que data o necessário licenciamento municipal?
 - Quem paga a obra em curso. Todos nos lembramos deste processo e da forma como ele foi conduzido pela Câmara Municipal, tendo sido perentoriamente assegurado que a obra seria integralmente paga pela REN. A leitura do excerto do projeto de execução que citámos suscita-nos, no entanto, dúvidas, ao associar os “custos inerentes à substituição e/ou organização das infraestruturas existentes no subsolo” a uma vontade da Câmara Municipal em não concretizar nenhuma intervenção de fundo nesse domínio. Será que aquele excerto traduz a expressão de uma preocupação da Câmara Municipal relativamente aos custos que a obra representa para uma empresa privada? Ou será que a obra não é efetivamente e integralmente paga pela REN?



12

- Se todos os terrenos atravessados pela via objeto da intervenção em curso são do domínio público municipal?
- Se se encontra devidamente acautelada a intervenção na via nos troços que se encontram em área de Reserva Ecológica Nacional, e se foram obtidas as respetivas autorizações para o efeito?
- Finalmente, que ponto de situação sobre a evolução da obra pode hoje fazer, considerando que o anúncio público do seu início aconteceu no passado dia 25 de maio, completando-se ontem precisamente um mês sobre esse anúncio?

A segunda questão que aqui trazemos, não se prende diretamente com o período que está em apreciação, mas dada a exposição pública que o assunto assumiu, entendemos trazê-la aqui e diz respeito à Atividade Municipal e é sobre a Fonte da Telha. Foi com muita surpresa, mas sobretudo com enorme preocupação, que vimos publicado pela edição online do Jornal Expresso do passado dia 19 de junho, uma entrevista com o geógrafo Sérgio Barroso, coordenador do Programa da Orla Costeira – Alcobça Cabo Espichel (POC-ACE), encimada por um título que no mínimo nos provoca perplexidade: “Asfaltamento de estrada na Fonte da Telha ‘é um crime ambiental’”. Não somos nós, não é a CDU, quem fala nestes termos; é um especialista de elevada reputação nacional e internacional. Mas para além dele, outras vozes se têm levantado no mesmo sentido nos últimos dias, adensando por essa via as grandes reservas que devem ser colocadas à intervenção da Câmara Municipal naquela área ambientalmente muito sensível do nosso concelho. A CDU reitera, por isso, o total empenhamento na requalificação e valorização da área da Fonte da Telha, no pleno respeito pelas suas características ambientais e também dos residentes e trabalhadores, particularmente pescadores, naquela área, razão pela qual se empenhou ao longo de muitos anos na definição de um programa de intervenção visando aquela requalificação, que não avançou em 2017 apenas porque as restrições então impostas pelos organismos oficiais determinavam que não seria possível enquadrar os legítimos direitos das pessoas com a necessidade inadiável de preservar os recursos naturais. Nas circunstâncias descritas, a CDU considera que seria prudente que não se iniciassem outras intervenções deste tipo que sabemos estão previstas para outras praias da Costa da Caparica. Neste quadro, e na sequência do requerimento que nesta matéria os vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal de Almada dirigiram à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal no passado dia 23 de Junho, sucedendo a dois outros requerimentos sobre a mesma matéria datados de 12 e 15 de Junho respetivamente, nenhum deles ainda respondido, o Grupo Municipal da CDU requer formalmente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almada que solicite à Câmara Municipal de Almada o fornecimento dos seguintes documentos:

- Relativamente ao Regime Jurídico da REN, solicitamos prova do pedido de consulta prévia dirigido pela Câmara Municipal à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto.
- Cópia da pronúncia da CCDR-LVT indicando a data em que tal pronúncia foi emitida e a data em que foi rececionada na Câmara Municipal de Almada.
- Cópia do projeto de execução da obra e respetiva avaliação ambiental, projetista responsável, integrando a análise e a informação dos serviços municipais (planeamento urbanístico, gestão urbanística, trânsito e mobilidade, ambiente, e outros que eventualmente se tenham pronunciado) bem como da proposta de aprovação, quem aprovou e em que data ocorreu essa aprovação.
- Cópias dos pareceres que fundamentam a decisão de realização da obra.
- Cópia do despacho de aprovação do procedimento para a empreitada, incluindo o respetivo valor base, quem aprovou e em que data aprovou.
- Cópia da informação onde é proposta a aprovação da abertura do procedimento para a empreitada, referindo quem aprovou e em que data aprovou.
- Cópia do despacho de aprovação da abertura do procedimento para a empreitada, incluindo o respetivo valor base;



- Cópias dos documentos relativos ao procedimento de contratação pública nos termos do Código a Contratação Pública (CCP), designadamente:
 - Peças do procedimento;
 - Lista de quantidades;
 - Fichas técnicas dos materiais;
 - Júri do procedimento;
 - Relatório final do júri;
 - Proposta de decisão de adjudicação;
 - Empresa a quem foi adjudicada a obra;
 - Contrato e respetiva data de assinatura;
 - Data de consignação da obra;
 - Cópia digital ou fotografia da placa de obra;
 - Data do final da obra;
 - Auto(s) de pagamento das obras realizadas;
 - Conta final da obra
 - Auto de receção provisória da obra.”

6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Entrando neste ponto da Atividade Municipal dos últimos três meses e aquilo que o CDS-PP entende que está, poderia estar e outras considerações, é sempre difícil analisar e fazer uma apreciação de uma atividade dentro de uma pandemia. Mas olhando para este documento, vê-se que efetivamente, houve atividade por parte da Câmara Municipal, e muita, e desde já quero também deixar aqui um agradecimento aos trabalhadores da autarquia, nomeadamente os dos SMAS, pelo trabalho insistente e por todos aqueles que não puderam estar confinados em casa visto que, as necessidades da continuidade da atividade municipal, assim os obriga e acho que é sempre de reconhecer. Já foi falado aqui esta noite relativamente a esta questão de pandemia e eu volto a reforçar a questão dos transportes Senhora Presidente. Felizmente para já e esperemos que continue assim, o Concelho de Almada não dos piores Concelhos a nível da pandemia, mas para isso teremos que continuar com todas as demais cautelas para que assim não volte a acontecer. Independentemente de alguns casos que têm aparecido, o que é normal, têm aparecido também noutros Concelhos. E sabemos que Almada é um Concelho com bastante população e, portanto, acaba por ser dentro da normalidade que assim possa acontecer. A questão que eu deixo Senhora Presidente, é sobre os transportes públicos que podem ser um foco de transmissão e de contágio do vírus, se a Câmara Municipal tem alguma informação por parte dos operadores nomeadamente a Transtejo, o operador do Metro e também por parte do Comboio da Ponte, portanto, se existe algum plano integrado que possa minimizar o contágio e se efetivamente essas operadoras estão a cumprir aquilo que emana da Lei. Depois também ainda neste tema e nós sabemos que temos Freguesias e temos Concelhos na Grande Área Metropolitana de Lisboa, que estão neste momento com medidas mais apertadas. E acontece que apesar de ser um dever e não uma obrigatoriedade, e gostando nós Almada e estando nós sempre a querer trazer mais pessoas para o nosso Concelho, quer para se radicarem, quer para visitarem, mas nós estamos no verão, vão entrar férias, temos um fim de semana à porta, e portanto é normal Senhora Presidente, que à volta do Concelho de Almada, na Grande Área Metropolitana, seja normal que a passagem pela ponte e as praias da Costa da Caparica, sejam bastante apetecíveis para mais um fim de semana de lazer. E aquilo que eu gostaria de perguntar, se efetivamente existe algum plano, claro que não vamos obrigar as pessoas a não virem, mas se existe algum plano com as forças de segurança, com a Proteção Civil para tentar minimizar e para poder aconselhar as pessoas a manterem as regras de segurança e para que possam usufruir das nossas praias



do nosso Concelho na maior segurança. Depois também gostaria de lembrar, o CDS-PP enviou à Câmara Municipal trinta e uma medidas e propostas para ajudar também, enfim, esperemos que não entremos numa grande crise também ao nível do Concelho com falências, com despedimentos, aquilo que eu gostaria de saber Senhora Presidente é se existe algum plano que esteja preparado para se efetivamente vier a dar-se essas mesmas dificuldades relativamente à economia e ao comércio local, para além daquelas medidas que a Câmara Municipal e bem, já as colocou em prática. Depois entrando aqui propriamente na apresentação da Atividade Municipal, aparece aqui relativamente aos planos de remoção de grafiti. O CDS-PP gostaria de saber se este plano é integrado e a médio e longo prazo, ou se é um plano específico para determinadas áreas específicas e se engloba só aquilo que são os edifícios ou propriedade pública, mas também se há algum protocolo com os privados para que a cidade possa ter enfim, um melhor ar devido a este problema que não é só de Almada, é um problema das UBS e que merece ser combatido. Depois também aqui relativamente à época do verão. Esta época infelizmente normalmente é acompanhada por alguns incêndios e perceber se a Câmara Municipal de Almada também tem algum plano específico para que possa colmatar e minimizar este flagelo que infelizmente todos os anos e esperemos que este ano não tenhamos o problema novamente agravado com a questão dos incêndios. Não costuma ser um problema que afete muito o Concelho de Almada, mas temos áreas de vegetação, temos áreas florestais que é também de ter em conta. Para terminar Senhora Presidente. Enfim, o CDS-PP não vai nem quer estar aqui a relembrar o passado e a esgrimir o passado. Mas, o CDS-PP fica perplexo quando a CDU, depois de em 2010, ter infringido a Lei e estamos a falar das Terras da Costa, quando queriam passa de uma estrada, quando tentaram com a GNR, as forças de Segurança, quiseram tirar os agricultores que trabalham as suas terras e quiseram passar praticamente uma autoestrada, vir aqui falar de perplexidade, Senhora Presidente é no mínimo estranho. Mas pode ser que evoluíram e, portanto, vindo da CDU, vindo do Partido Comunista a evolução no século XXI, é sempre bem-vindo.”

6.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, nós atravessámos e atravessamos ainda um período muito complicado de uma pandemia mundial, que requer uma exigência ainda maior, dos nossos órgãos eleitos, no sentido de garantir a proteção e a segurança dos seus cidadãos. Por isso mesmo eu queria começar esta intervenção por falar da atitude lamentável que os TST têm tido durante esta pandemia, diminuindo drasticamente as carreiras, o que faz com que as pessoas ou não se pudessem deslocar ou o fizessem em autocarros sobrelotados, pondo em risco a sua vida. A Direção Geral de Saúde refere uma ocupação no máximo de um terço de cada autocarro e esta lotação não foi respeitada pelos TST, e de facto, neste momento estão cerca de duzentos trabalhadores em lay-off. O que se verificou durante este período, foi que à semelhança daquilo que nós já sabíamos, é que a Senhora Presidente da Câmara não teve e não tem nenhum poder negocial com esta empresa, e numa altura de pandemia em que era necessário dar uma resposta à população almadense, de facto, os TST recusaram-se a dar essa resposta e a Senhora Presidente não teve nenhum poder para os pressionar a darem essa resposta. Mas uma vez os TST fazem o que querem, e se for preciso fazer chantagem exigindo mais dinheiro em alturas de crise para porem os autocarros na rua, assim o fazem. Entretanto, sabemos que a Área Metropolitana de Lisboa chegou a um acordo com os operadores, para aumentarem a oferta dos transportes, falou-se nas notícias que nós lemos, num aumento de 90% relativamente ao que era feito no ano passado, sendo que a notícia não é muito explícita, e, portanto, em primeiro lugar gostávamos de saber qual é efetivamente o aumento que estamos a falar aqui no Concelho de Almada. Porque se era 90% do que era o ano passado neste período, já não era muito bom o que era e, portanto, 90% é ainda menos. Provavelmente a Senhora Presidente vai ter o mesmo posicionamento que tem tido, afirmando que esta situação se resolverá com a integração dos transportes rodoviários de Almada na Carris Metropolitana, mas o problema é que isso não é verdade, porque mesmo quando o transporte rodoviário de Almada for integrado na Carris Metropolitana, ele vai continuar a ser concessionado e, portanto, vai ser privatizado, provavelmente continuará a ser operado pelos TST e, portanto, a Senhora Presidente vai continuar sem nenhum poder negocial para exigir transportes condignos para os almadenses, perante uma empresa privada que faz o que quiser. É por isso que o Bloco de Esquerda tem defendido que é necessário à semelhança do que acontece em Lisboa com a Carris, que em Almada o transporte rodoviário seja público, para que a Câmara Municipal de Almada possa em cada momento dar resposta aos seus



cidadãos das suas necessidades. O Presidente Fernando Medina, responde pela Carris, quando a Carris não dá as respostas necessárias à sua população, e, portanto, o que queremos perguntar é se a Senhora Presidente não acha que deve ter a capacidade de responder perante os seus cidadãos sobre a falta de transportes públicos do Município a que preside, e se por isso a Senhora Presidente não acha que precisamos efetivamente de um operador de transportes público no nosso Concelho? Depois queria também, voltar ao tema que já foi levantado, da Fonte da Telha, foi construída uma estrada que tem levantado alguma polémica, houve várias associações ambientais que manifestaram o seu desagrado e espanto perante esta obra que representa uma clara agressão visual e ambiental numa zona protegida e que é singular do seu envolvimento natural. A APA veio dizer publicamente que não deu nenhuma autorização para que a obra se realizasse e ontem saiu uma notícia a dizer que possivelmente a Câmara Municipal terá mesmo de reverter a obra. Tendo em conta as características da Fonte da telha, de facto, as obras que são feitas nesta zona, devem ser no sentido de renaturalizar ao máximo, e não de construir estruturas permanentes de betão, de cimento ou alcatrão que prejudiquem a dinâmica dunar. Não faz sentido falarmos tanto de alterações climáticas, fazermos planos de adaptação a estas alterações climáticas e depois destruímos dunas ou prejudicarmos a sua dinâmica destas dunas que são fundamentais para proteger o território e as populações do avanço do mar que vai ocorrer nos próximos anos. Convém sermos coerentes e lembrarmo-nos dos erros do passado. Neste momento nas praias de São João estão a ser realizados programas de reabilitação dunar e na Costa da Caparica tem que se repor areia para que as praias não desapareçam. A Fonte da Telha precisa efetivamente de um plano de ordenamento há muito tempo, para resolver entre e outros problemas os graves problemas de acessibilidade, mas a estrada que foi construída não resolve o problema de acesso às praias da Fonte da Telha, nem o escoamento de viaturas nos dias de praia que se amontoam e são um perigo para as pessoas. Esta estrada vem apenas acrescentar mais problemas aos já existentes. Entretanto o Ministério do Ambiente anunciou que vai apresentar um projeto de requalificação para a Fonte da Telha até ao final da época balnear. E, portanto, o que importa perguntar é se passados três anos sem nenhuma intervenção na Fonte da Telha, de repente surge ali uma estrada, importa perguntar qual é efetivamente o plano que o Município tem para esta zona. Depois saiu também esta semana, a notícia de que o Governo recebeu fundos europeus para a retirada de amianto nas escolas e saiu a lista das escolas onde o amianto vai ser retirado. Nessa lista há quinze escolas de Almada, o Bloco de Esquerda já tinha pedido várias vezes esta lista a este executivo, porque esta é uma preocupação que o Bloco de Esquerda tem há muitos anos, e ela nunca apareceu. Portanto, finalmente esta lista apareceu, e vemos que há quinze escolas do nosso Concelho onde professores, funcionários e alunos, convivem diariamente com material cancerígeno que pela Lei já nem sequer devia estar nenhum edificado. E, portanto, a questão que se impõem é: agora que sabemos quais são as escolas, quando é que as obras vão ser efetivamente iniciadas? Depois queremos trazer aqui a questão da terceira travessia, que na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal no passado dia 5 de junho, foi levantada por um munícipe. Que informou sobre a constituição da Associação Mobilidade Tejo, cujos vinte seis fundadores também iniciaram uma petição pública com vista a apoiar a construção do túnel Trafaria/Algés, e na sua resposta a Senhora Presidente da Câmara mostrou-se identificada com a pretensão, tendo manifestado o seu agrado pela solução da travessia em túnel, referindo que e passo a citar: sabemos que as ligações de um lado e do outro da margem já estão praticamente feitas. Confessamos que desconhecíamos este facto, e Senhora Presidente referiu ainda que há trabalho para fazer, nomeadamente ao nível do PDM – Plano Diretor Municipal, onde estamos também a pensar e a transpor a possibilidade do espaço canal para esse túnel e não temos qualquer dúvida sobre a necessidade desta terceira travessia. Podem vir mais, mas esta não exclui as outras. Ora, ao ritmo que todos sabemos que estes projetos se desenvolvem, dizer que podem vir mais fica um bocadinho ao critério da livre opinião ou desejo de cada um. Ficamos também a saber que a Senhora Presidente tem agendada uma conversa com o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e que o executivo está a fazer todos os contactos necessários quando diz e cito: “Já começamos conversações com todos e há um plano de investimento, voltamos a dizer da necessidade de pensar esta terceira travessia. É uma travessia obviamente para carros, mas que também pode ser uma travessia para transporte público”. Ora, o que preocupa o Bloco de Esquerda, é o facto de a Senhora Presidente admitir que e passo a citar: “Qualquer dos grandes projetos que Almada tem, seja o projeto da Cidade da Água ou o Ginjal, mas até novos projetos que se estão a delinear para outras zonas do Concelho, inclusivamente a intensificação das atividades da FCT, isso só vai ser possível se conseguirmos criar uma terceira travessia entre Almada e Lisboa”, que será sem dúvida para a Senhora Presidente este túnel. Ora, sabemos que quando se constrói uma ponte ou uma ligação, isso pode muitas vezes



não servir necessariamente para escoar o trânsito, mas sim representar um aumento dos veículos em circulação e, portanto, uma pressão urbanística na nossa região. E, portanto, o Bloco de Esquerda não rejeita à partida nenhuma solução fundamentada e que tenha o pressuposto do reforço da quantidade da oferta e também da qualidade dos transportes públicos e não esqueçamos aqui a necessidade urgente do reforço do transporte fluvial, mas o que os almadenses precisam verdadeiramente e com muita urgência há muitos anos, é de mais e melhores transportes públicos, é aqui que devem ser feitos os grandes investimentos que tardam a chegar, para que possamos garantir menos poluição e melhor qualidade de vida para as populações. Entretanto, temos também recebido várias queixas por parte dos pescadores da Trafaria, que nos alertam para a falta de limpeza na zona dos abrigos, inclusive a presença de ratas, e dos contentores e dos monos à frente dos contentores, que estão à frente da lota por retirar. Portanto, era fundamental que fosse feito com brevidade. Volto a trazer aqui também a questão do Ginjal, que já trouxe algumas vezes, mas realmente não foi feito nada naquela zona e o Ginjal continua a ser um perigo pela falta de iluminação, pela falta de proteção e numa altura em que as pessoas estão limitadas na sua mobilidade, procuram agora com o tempo bom, alguns espaços para usufruir do sol e, portanto, é necessário rapidamente assegurar a proteção das pessoas que frequentam aquele espaço. Depois queremos também à semelhança do que já foi aqui trazido, falar sobre a demolição da escola da Sobreda. De facto, esta demolição foi feita sem qualquer aviso prévio, um imóvel que tinha valor histórico e patrimonial, e lamento discordar, mas Senhora Presidente, os edifícios são importantes para as pessoas não são só as ideias que importam. Os edifícios têm uma história e têm um significado e como é óbvio as pessoas sentem uma afetividade com os edifícios que é importante respeitar, e esta demolição foi contestada por vários cidadãos e associações do Concelho e, portanto, queremos saber se vão avançar também com a demolição do portal da Quinta da Noca, que está inventariado na carta do Património Cultural como de interesse relevante. Por constituir um exemplo da arquitetura rural característica da paisagem cultural do Concelho e uma referência no núcleo histórico da Sobreda. Por último, queria falar no caso da Escola Secundária Anselmo de Andrade, que foi encerrada há uma semana, penso eu, por causa do COVID-19, e temos a informação de que apenas os alunos e os funcionários com sintomas estão a ser testados para a doença. Ora, a nossa preocupação é que de facto, esta doença manifesta-se muitas vezes de forma assintomática, e, portanto, gostaríamos de saber porque é que não estão todas as pessoas, todos os professores, alunos e funcionários a serem testados para esta doença.”

6.2.6 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Atividade Municipal destes meses e desenvolvida pela Câmara Municipal, gostaria de destacar algumas ações incrementadas neste período.

Assim, temos, na área dos Espaços Verdes: Realizou-se a primeira reunião de acompanhamento do contrato de Prestação de Assistência Técnica e Científica para desenvolvimento do Plano Municipal de Arborização. Desenvolveram-se várias ações de apoio ao Projeto “Sextas Pelo Futuro...mãos à obra”, assegurando também a conservação de material vegetal, tendo sido plantados 4134 exemplares, dos quais 3069 foram produzidos nos viveiros municipais. Iniciou-se uma prestação de serviços de Manutenção e Conservação do Jardim Botânico e Espaços Exteriores da Casa da Cerca a partir de 1 de fevereiro. Foram também desenvolvidas propostas e estudos para a criação de dois novos Parques Urbanos em Vale Flores e na Quinta dos Porfírios, tendo em vista, respetivamente, os Percursos de Arborismo, de Manutenção e Interpretativos da Natureza e ainda a observação dos habitats no local. Encontra-se em curso novo procedimento para desenvolvimento do projeto de execução e especialidades para o Parque Urbano de Vila Nova de Caparica. Foram acompanhadas as execuções de revestimento vegetal e sistemas de rega para as novas rotundas no âmbito da mobilidade. Elaborou-se também o parecer técnico relativo ao Projeto de Execução do Campo Soares dos Reis, no Feijó, com especial ênfase nos Planos de Plantação e de Rega. Foi também revista a proposta de reformulação da fonte junto à Oficina da Cultura em Almada, como bem podem ver ficar ao passarem no local. Iniciou-se também a obra de requalificação do Parque Infantil do Jardim da Criança, no Laranjeiro, aguarda-se o lançamento do procedimento de empreitada para a requalificação do Parque Infantil da Praceta Olivério Serpa, na Costa da Caparica, e ainda a assinatura do contrato para requalificação do Parque Infantil da Rua Vale Tojeiro e concluíram-se as peças para instrução da empreitada do Parque Infantil do Fróis, ambos na Caparica. No que se refere aos Parques Urbanos, foi terminado o plano para reforço e remodelação do diverso mobiliário urbano. Recebeu-se um novo



veículo elétrico para apoio à conservação e assegurou-se a manutenção dos parques de caniões dos Parque da Paz e de Santo António da Caparica. Deu-se apoio a diversas iniciativas relacionadas com os programas Sextas Pelo Futuro e Dias da Floresta. No Parque Urbano do Pragal concluiu-se o projeto de pormenorização de estadias, caminhos e muros e fez-se o acompanhamento da obra dos acessos ao parque infantil. Continuou-se o tratamento fitossanitário de combate à processionária do pinheiro e outros. No que respeita ao Serviço Cemiterial foram construídos 200 novos ossários e deu-se início à realização de turnos no crematório originando o aumento do número de vagas semanais. Elaborou-se ainda o novo procedimento da Aquisição de Serviços de Manutenção dos Espaços Verdes do Cemitério de Vale Flores. Durante o período de Contingência e apesar do escasso número de operacionais ao serviço, conseguiu-se através do enorme esforço dos trabalhadores do Cemitério de Vale Flores, responder a todas as solicitações de inumação e cremação apresentadas. No que se refere ao Serviço Veterinário Municipal este serviço também foi incluído no Plano de Contingência da Câmara Municipal. Encontra-se para adjudicação a empreitada de Requalificação do Centro de Recolha Oficial com a implantação de novas boxes para cães e da ligação do edifício à entrada das traseiras. Neste período disponibilizaram-se 6 jaulas amovíveis à Provedoria dos Animais do Município para apoio ao Plano de Contingência Covid19. Reuniu-se com o grupo informal Amigos dos Animais da Costa da Caparica, tendo em vista o planeamento e decisão de local para instalação do primeiro parque de matilhas no Concelho. Recebeu-se a visita ao Centro de Recolha Oficial da então Senhora Deputada do PAN, Cristina Rodrigues, tendo-se realizado na altura também uma reunião de trabalho. Reuniu-se também neste período com o Sr. Coordenador Municipal da Proteção Civil para inclusão do SVM na Matriz de responsabilidades do Plano Prévio de Intervenção sobre - Vagas de Frio e Ondas de Calor. Deu-se continuidade à promoção da adoção de animais no centro de Recolha Oficial, através da divulgação local, acolhimento e informação aos diversos interessados. No que se refere à Área da Educação e Sensibilização Ambiental organizaram-se várias sessões de sensibilização sobre Poluição do Ar e sobre Energia e Alterações Climáticas, com as escolas secundárias Emídio Navarro e Daniel Sampaio. Concebeu-se a imagem gráfica sobre o tema dos Dejetos Caninos, dedicada à limpeza e adoção de boas práticas sanitárias em tempos da Pandemia. Coordenaram-se as candidaturas de 7 praias ao galardão Bandeira Azul 2020, tendo-se realizado as respetivas vistorias para avaliação dos critérios aplicáveis e elaboraram-se os protocolos de segurança, em parceria com a Capitania do Porto de Lisboa. Prepararam-se ainda o hastear de bandeiras do galardão Praia com Qualidade de Ouro, promovido pela Quercus. Criaram-se e produziram-se os materiais de comunicação alusivos ao filme documentário “Almada Atlântica – Mar da Minha Terra” e organizou-se a respetiva sessão de antestreia que foi um sucesso, conforme puderam verificar todos os participantes. Relativamente à Área da Inovação, Clima e Energia foram elaboradas um conjunto de propostas técnicas para valorização do projeto “Sextas pelo Futuro”. No que respeita às Hortas Municipais de São João e da Quinta do Texugo procedeu-se à atribuição de novos talhões e levou-se a efeito o acompanhamento e apoio técnico aos hortelãos. Reforçaram-se ainda as diligências para início do concurso de empreitada para a construção das hortas municipais do Laranjeiro. Prepararam-se, com o apoio da Ageneal, duas candidaturas à 3ª Fase do Programa de Mobilidade Elétrica na Administração Pública e lançado pelo Fundo Ambiental. Executou-se o reforço da restauração ecológica do Projeto Reduna, através da plantação de 9.000 plantas de estorno, para retenção dos sedimentos do sistema duna-praia. Fez-se também a gestão técnica e financeira dos Projetos Europeus Blue Action, Motivate, Resolve, Sprout e Empower.”

6.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O ponto da Atividade Municipal que nos é aqui trazido e sobre o documento que está a apreciação, obviamente que ele é muito condicionado por aquilo que se tem passado desde que no início de março, salvo erro, foi também descoberto em Portugal o primeiro caso de COVID-19 e que, fez com que naturalmente todas as nossas atenções e todas as atenções do Município tivessem sido direcionadas para esse ponto. Ainda assim, há algumas das iniciativas que vinham a ser promovidas pela Câmara Municipal e que nos parece que são de importante ressaltar, como é o caso por exemplo, da implementação ou da criação de um Provedor do Animal no Município de Almada. Mas, sobre também a avaliação que pode ser feita do trabalho do Município durante a pandemia, isso é tema que nós já debatemos largamente, fizemos uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, apenas para debater, mas há duas áreas onde nos parece que a ação do Município foi fundamental e que foi



JK

acertada. Em primeiro lugar, sobre o ponto de vista sanitário e na forma como durante o tempo mais duro da crise, o Município foi capaz de disponibilizar alguns recursos, algumas condições para melhorar não só a vida dos profissionais de saúde que combatiam este vírus, disponibilizando camas no Sun Center e na Pousada da Juventude de Almada, para que pudessem lá pernoitar e não terem que voltar às suas casas, mas também, pela criação de uma unidade de despiste de COVID-19, que funciona no Centro de Saúde do Pragal, pela desinfecção de espaços públicos e por todo um conjunto de respostas que foi dado no sentido de minimizar os perigos de contágio no nosso Concelho. Mas, para além disso, e tal como nós já debatemos na anterior Sessão da Assembleia Municipal, foram também criadas respostas para que os cidadãos mais vulneráveis do Concelho que sentiram de uma forma mais forte a pandemia e os seus efeitos, especialmente sobre o ponto de vista económico e social, para que este efeito pudesse ser minimizado. Através da criação do Plano Municipal Almada Solidária, Almada alocou verbas para fazer face a este problema, já sabemos que a verdadeira avaliação daquilo que vão ser as consequências das nossas vidas, não punível ser completada no presente, vamos demorar alguns meses até que do ponto de vista económico e social possamos retomar alguma normalidade, não sabemos exatamente quanto tempo, e os efeitos desta crise vão-se sentir durante os próximos anos disso ninguém tem dúvidas nenhuma. Ainda assim, a Câmara Municipal de Almada foi capaz de fazer bem o seu trabalho e foi capaz de se adaptar às novas condições e isso vê-se em pequenas iniciativas que apesar de tudo e de todos os constrangimentos foram mantidas permitindo que também os almadenses que estiveram durante o período de confinamento fechados em casa, sentissem que a Câmara Municipal não deixou de funcionar. Desde logo, e sobre o ponto de vista daquilo que é a representação democrática esta Assembleia Municipal nunca deixou de funcionar, a Câmara Municipal não deixou de funcionar, houve uma permanente preocupação dos eleitos no executivo, para auscultar aquilo que eram as opiniões dos Deputados Municipais sobre as medidas que estavam a ser tomadas em cada um dos momentos, houve reuniões regulares, nas quais a Senhora Presidente da Câmara esteve também presente em diversas vezes, os Deputados Municipais reuniram por diversas vezes também com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e foi uma demonstração de que a democracia durante este período funcionou e funcionou bem. Mas mesmo nas iniciativas culturais, lúdicas e até desportivas por exemplo, a Câmara Municipal de Almada manteve um plano de apoio à prática desportiva permitindo que todos os almadenses em casa pudessem visionar as aulas e praticar esse mesmo desporto nas suas habitações. Da mesma forma por exemplo, nós na Assembleia Municipal de Almada tivemos que suspender o projeto da Assembleia Municipal Jovem, porque não existiam de facto, condições para poder fazer aquilo que nós estamos a fazer aqui hoje em condições de segurança e a Câmara Municipal, teve a ousadia e ainda bem, de continuar esse projeto, noutros moldes, mas promovendo também o debate cívico entre os jovens do nosso Concelho e entre diversos jovens de várias escolas, de forma que o projeto não caísse e que nós todos esperamos que para o ano o possamos voltar implementar mas diria que a parte mais importante é esta atuação que a Câmara Municipal foi fazendo também à nova realidade. Já antes disto, nós tínhamos aprovado, ainda antes desta pandemia nesta Assembleia Municipal o Regulamento Municipal de Juventude, que é também importante para o nosso Concelho e como é obvio, as obras na Cova da Piedade foram terminadas, a Cova da Piedade hoje está de cara lavada e tem uma nova imagem aliás, é um bom exemplo da imagem que se pretende que o nosso Município tenha, e aliás, no início deste conto os eleitos da CDU elencaram uma série de documentos que desejam ver também esclarecidos, faz parte do trabalho democrático de fiscalização desta Assembleia, agora essa verdadeira lista de compras que nos foi aqui trazido, eu confesso que a dada altura também me perdi nos documentos que estavam a ser elencados, aquilo que nos parece que não seja razoável, é que os eleitos da CDU fizessem por exemplo um requerimento à Câmara Municipal para que em 24 horas esses documentos fossem todos disponibilizados. Isso não seria possível, aquilo que nos preocupa verdadeiramente, é que as intervenções que a Câmara Municipal vai fazendo, sejam acompanhadas dos pareceres técnicos e das autorizações das entidades competentes, da forma que está a ser feito. Agora, há uma coisa que nós não partilhamos com os eleitos da CDU, é uma visão de estagnação do Município que pressupõe que tudo tem que ficar na mesma, independentemente daquilo que sejam as vontades da população e o no fundo a melhoria do espaço público. É por isso que nós saudamos a Câmara Municipal pela requalificação da Ex Estrada Nacional 377, que é fundamental para a Charneca de Caparica, quem mora na charneca de Caparica sabe que aquela via é fundamental, que é a via central desta Freguesia, já mencionei também as obras no Jardim da Cova da Piedade, a intervenção que está a ser feita na Fonte da Telha e que permitirá também que o espaço seja requalificado, permitirá que nós ultrapassemos alguns dos abusos que ao longo dos anos sempre fomos assistindo quer ao nível do estacionamento, quer ao nível do



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ordenamento do território, e até diria mais, nesta visão de transformação, é com muito agrado que nós vemos que estão planeadas outras intervenções nas praias da Costa da Caparica, porque não faz sentido nenhum que o potencial que nós temos no Concelho, eu diria que um dos poucos locais da Europa com o potencial que nós temos, em que cada vez que nós queremos ir à praia temos que partir a suspensão do carro. Não faz sentido nenhum, isso não se adequa aquilo que é um território moderno e que pretende também potenciar uma das suas principais riquezas que é a do turismo, mas do turismo também com qualidade de turismo, e não só porque as praias da Costa da Caparica são e todos sabemos, frequentadas também e fundamentalmente pelos almadenses, são as praias do nosso Concelho, dos municípios do Concelho de Almada e são também uma fonte de rendimento e dinamização económica para todos aqueles que na Costa da Caparica têm os seus negócios associados ao turismo. Aliás, nós não fazemos parte daquele grupo de pessoas que passam anos a diabolizar o turismo, mas que depois se queixam quando em alturas como esta, nós não podemos contar com todo o rendimento que o turismo traz às nossas vidas. O turismo é importante, é importante também que a gentrificação não se torne irreversível nas nossas comunidades. Agora, temos que compatibilizar a vinda de turistas com aquilo que são as nossas vidas porque é um dos setores mais importante e aliás é uma das maiores riquezas que o nosso país tem e que devemos potenciar. É esta a nossa visão. Mas também gostava também de saudar a Câmara Municipal, porque sabemos que está em concurso ou que foi aberto um concurso no sentido de também reabilitar a rua dos Pescadores, uma via fundamental da Costa da Caparica, onde lá está, mais uma vez, há anos e anos que não houve nenhuma intervenção, a Costa da Caparica é por ventura a montra de Almada, é a Freguesia mais visitada por pessoas de fora do Concelho aqui no nosso Município e aquilo que queremos é uma Costa da Caparica que seja bonita, que seja agradável e que acima de tudo tenha os serviços essenciais para quem lá vive e isso foi algo que o Partido Socialista em 2017 quando venceu as eleições, não encontrou e todos nós sabemos o desleixo que existiu em relação à Costa da Caparica durante as últimas quatro décadas. Da mesma forma que a requalificação do Parque Atlântico foi uma boa notícia. Sabemos também que há visões diferentes. Há visões, aliás há eleitos, há representantes políticos em Almada que entendem que tudo devia ficar na mesma. Não é essa a nossa visão e não foi esse o programa com que nós nos candidatamos às eleições. Também sabemos que não existe muitas vezes muita coerência nestas posições políticas, aliás, falei ontem sobre aquela que era a intenção da ex Presidente Maria Emília de Sousa, construir uma estrada no meio da Mata dos Medos, da tão famosa via turística, o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, já aqui falou há pouco da intenção de construir outra estrada nas Terras da Costa e, portanto, também sabemos que estas preocupações ambientais, ainda por cima vindo de quem nos habituou a ser quase negacionista destas mesmas alterações climáticas, sabemos que essas preocupações ambientais variam muito consoante o contexto em que estamos a falar. E, portanto, nós não temos dúvida nenhuma, as alterações climáticas são um problema, são causadas em grande parte pela atividade humana, e nós aqui não temos dúvida nenhuma, ao contrário do PCP, agora também sabemos que os territórios têm que ser aproveitados e que as populações merecem ter os seus territórios, merecem ter os seus territórios dignificados e merecem ter condições de vida que sejam adequadas. Sobre a questão dos TST e só para também tornar claro, em nossa opinião a TST não cumpriu minimamente aquelas que eram as obrigações que uma empresa que deve cumprir um serviço público, devia estar obrigada nesta altura. Porque é muito fácil numa altura em que existe maior rendimento cumprir a sua função, mas numa altura em que as pessoas que mais precisavam e em que era preciso um reforço dos serviços até para que o distanciamento social pudesse ser cumprido, a atitude da TST e da sua Administração foi verdadeiramente vergonhosa e não esteve à altura das suas responsabilidades, sobre isso não temos a mínima dúvida e acima de tudo foi irresponsável. Mas vem ao encontro daquilo que tem sido também um dos problemas que tem sido sinalizado até pela Área Metropolitana de Lisboa, é preciso que exista um contrato de serviço público, que obrigue as operadoras a cumprir determinados parâmetros, tal como se passa por exemplo, no caso do comboio da Fertagus, que tendo estes parâmetros, providenciam um transporte público de qualidade. É isto que deve acontecer do ponto de vista do transporte rodoviário e estando garantido, nós temos a certeza, depois a discussão poderia ser feita se o operador devia ser público ou privado, e todos nós teremos também as nossas opiniões. Mas, fundamentalmente aquilo que não pode acontecer é termos um operador privado que depois não está obrigado ou não tem um contrato de serviço público que o obrigue a que o penalize quando não cumpre aquilo que são as obrigações perante todos os almadenses. Portanto, aqui estamos absolutamente de acordo com aquilo que foi também a ressalva feita pelos Deputados do Bloco de Esquerda. Só dar aqui mais um ponto, que dentro daquilo que é o trabalho que há a fazer e dentro daquilo que são os problemas de mobilidade do



nosso Concelho, há algo que também nos deve a todos nesta Assembleia Municipal mobilizar, lá esta, naquilo que é a relação que o Município deve ter com o privado, que é o crescente barulho que o Metro Sul do Tejo vai fazendo e que é algo que nós também já fomos discutindo, e para quem sabe o que era o Metro Sul do Tejo há dez anos atrás e o que é hoje, percebe bem que alguma coisa tem que ser feita e se calhar faz também sentido que nós no seio desta Assembleia Municipal trabalhemos neste sentido, porque os almadenses que moram no eixo central, podemos também discutir se o metro foi construído da melhor forma possível, se não existiam outras soluções que pudessem afetar menos a vida dos almadenses, ainda assim, estando construída, há uma coisa que se tem que garantir, é que não incomode a vida das pessoas como neste momento está a fazer. Resumidamente, esta é a nossa apreciação sobre este documento, o trabalho foi feito pela Câmara Municipal, merece a nossa parabenização especialmente tendo em conta o difícil tempo que nós vivemos. Assim como nos parece também que merece ressalva e que merece ser parabenizado, o facto das diversas forças políticas de Almada, neste momento que era um momento difícil que exigia a concertação de todos, terem estado também à altura das suas responsabilidades. Já sabemos também, já percebemos também, que há uma força política que assim que teve uma primeira oportunidade, começou a fazer um tipo de ruído que até é um pouco, face à situação em que nós nos encontramos se pediria um bocadinho mais. Ainda assim, não se deve tomar a parte pelo todo e eu gostava e também em nome da bancada do Partido Socialista, dar esse cumprimento a todos os nossos colegas Deputados Municipais, a todos os membros do executivo, porque verdadeiramente durante este tempo aquilo que foi a preocupação de todos, foi garantir que esta pandemia não afetava ainda mais a vida dos almadenses e que o Município e que Assembleia Municipal eram também órgãos próximos daquelas que eram as preocupações dos munícipes do nosso Concelho.”

6.2.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

São muitas as questões, eu não vou conseguir responder a todas, peço imensa desculpa a todas aquelas questões que não vou conseguir responder de facto, nos onze minutos que é o tempo que tenho, portanto, tentarei ser muito sucinta e também pedir desculpa aos Senhores/as Vereadores/as, tentarei responder da melhor forma com o pouco tempo que temos disponível. Muito rapidamente algumas das questões, só para esclarecer e começo pela primeira questão que tenho aqui porque deixarei para o fim a questão da Fonte da Telha porque foi uma questão transversal e aliás, agradeço as questões para poder esclarecer algumas das questões. Muito rapidamente, Senhora Deputada Municipal Inês Bom, deixe-me só esclarecer que podem vir mais outras soluções, só que como sabe desde o início relativamente às travessias, eu tenho dito até desde o início eu tenho dito entre ponte e túnel eu quero é o barco já, mais barcos no Tejo, podem vir outras travessias ao nível do Barreiro, a questão aqui muito concreta tem a ver de facto com uma infraestrutura que já foi há muito tempo pensada. De um lado há aliás, o viaduto em Algés que depois vai ligar à CRIL, e como sabe a nossa própria A33 com aquela via rápida também fazia parte do mesmo projeto. E, portanto, quando eu digo que as infraestruturas estavam construídas são essas duas. A competência não é da Câmara Municipal, pode haver aqui uma posição articulada dos dois Municípios porque Algés - Trafaria e Almada - Oeiras, e dizer que também já comunicamos ao Senhor Ministro das Infraestruturas, a questão dessa possibilidade. Eu não faço promessas sobre essa matéria e uma das grandes vantagens sobre dessa 3ª travessia, não seria o de aumentar carros, pelo contrário, seria por exemplo, de diminuir a pressão sobre a Ponte 25 de Abril que está mais do que sobrelotada. E teria outra grande vantagem, que é poder escoar trânsito do Centro Sul, que como sabe, é a única entrada para a Ponte 25 de Abril que existe em todo o nosso Concelho e isso permitiria que muitas pessoas que vêm da Charneca de Caparica, da Costa da Caparica, mas inclusivamente do Seixal não fossem obrigadas a passar pelo Centro da Cidade. Por fim, talvez permitisse, coisa totalmente impossível que a Ponte Sul do Tejo tivesse por exemplo uma fila para bus, ou o túnel ele próprio ter um espaço para autocarro. Portanto, os projetos de densificação já cá estão, vai haver mais pessoas e continua só a haver uma saída. E uma ponte que está nos limites do que ela pode aguentar e, portanto, é uma atitude de realismo. Não é aqui uma questão de proclamação ou de propaganda, é uma questão de realismo, acho que está na hora de olharmos com realismo, para o desenvolvimento do Concelho e para a situação insustentável da Ponte 25 de Abril e do Centro Sul. Relativamente aos TST, porque também foi um bocadinho transversal, de facto, já ontem foi anunciado, tanto o Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, a Senhora Deputada Municipal Inês Bom, não sei se o Senhor



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Deputado Municipal João Galdes, também o mencionou, o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco. A pressão tem que ser feita ao nível da Área Metropolitana de Lisboa e a pressão tem sido muita e muito acompanhada por todos os Municípios e isso é absolutamente essencial. Este anúncio do Governo, do reforço de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) é uma atitude muito importante. Eu não escondo que é com muito desagrado e é muito incomodativo, saber que sistematicamente todas as negociações com os operadores privados, aqueles que menos têm cumprido os mínimos necessários, de facto, chamam-se Transportes Sul do Tejo. E, portanto, em boa hora o novo concurso e eu devo dizer que eu fui provavelmente das que mais batalhou para que ao menos a Margem Sul tivesse pelo menos dois lotes, para ter a certeza que não voltaremos a estar na mão de um único operador privado, numa total hegemonia na nossa Península de Setúbal. Essa é uma questão essencial. Quanto à questão da criação de uns transportes públicos municipais, Senhora Deputada Municipal, eu penso que já falei disso de outras vezes, pode ser um projeto, mas garanto-lhe que não haverá nem autocarros alternativos, nem a possibilidade de o montar antes de cinco, seis ou dez anos. Portanto, por enquanto, o que nós temos que fazer é, ter um bom concurso público, com uma boa rede e um sistema de remuneração dos operadores privados, que também dê maior poder aos Municípios, e é com agrado, que vejo a criação da empresa Metropolitana de Transportes, ela sim 100% pública. Vamos à questão da ex Estrada 377 muito rapidamente. Senhor Deputado Municipal João Galdes como sempre só diz umas coisas depois não diz outras. Desde o início que nós dissemos, o que estava previsto do enterramento de toda a iluminação pública e todos os cabos de telecomunicações, não vai ser feito nesta empreitada. Não vai ser feito. O que está e o que os Senhores/as têm, é que qualquer danificação de subsolo decorrente da obra que está a decorrer, será obviamente, objeto de reparação pela REN. Noutras zonas, como por exemplo, a questão da Tremoceira, onde não há enterramento de fibra, não passa por ali, mas há requalificação, não passa. Na Tremoceira não passa. Vira antes. Não olhou bem para o mapa que nós enviamos. Não passa, há ali algumas questões de facto, pontuais, onde a Câmara Municipal, que aliás, mantém no seu orçamento uma verba prevista para isso e também os próprios SMAS, eu devo dizer que são zonas que não estão de todo em todo infraestruturadas por exemplo, com a garantia de pluviais necessários para a reabilitação da obra e nem sequer de iluminação pública. E, portanto, a Câmara Municipal aí, assume completamente as suas obrigações da requalificação da Estrada que foi acordado e que os Senhores lá têm. Têm o plano, têm o mapa, têm tudo. Quero descansá-lo que a zona de REN na rua Francisco d'Assis, o pedido foi pedido pela REN, que é de facto o dono da obra e que teve parecer positivo da APA e de todas as outras entidades. Vamos então à Fonte da Telha e peço desculpa da falta de tempo que tenho. Não deixa de ter graça, ver o Senhor Deputado Municipal João Galdes a citar o Expresso, sabe que também é do Dr. Francisco Pinto Balsemão. A Fonte da Telha tem uma situação muito sui generis, que eu acho que os Senhores/as Vereadores/as da CDU, e os Senhores/as Deputados/as Municipais conhecem bem. É porque houve um POC – Programa da Orla Costeira, que foi aprovado no início do nosso mandato, ou seja, quando nós chegamos já estávamos no final do percurso. Há um problema no POC, é que o POC se baseia na qual os Senhores trabalharam, num Plano de Pormenor da Fonte da Telha, que os Senhores enterraram, deram por concluído em 2017. O que criou um problema, é que daquele território há o PDM – Plano Diretor Municipal, há os planos de praia do litoral e há o POC. O que é que diz o POC? O POC diz muito claramente e estamos a preparar todos os dossiers para os Senhores/as Deputados/as Municipais, mas isto serve para todos. O POC diz uma questão muito clara e passo a ler: “é obrigação os acessos viários e os estacionamento, deverão ser objeto de qualificação”. Para aquela área e toda a área. Aliás, havia um grande Plano de Pormenor, dos quatro parques de campismo, absolutamente gigantescos, que aliás, é o que dá origem a que no POC – Programa Orla Costeira, o tal Plano de Pormenor, era o que previa este absurdo de novecentos lugares de estacionamento na Fonte da Telha, como os Senhores sabem. Isto é uma das questões. Por outro lado, o POC também diz, no anexo diz claramente: “a Fonte da Telha é composta por três praias, uma urbana e duas seminaturais”. E no artigo nº 11, nº 2, o que é que diz? Diz: “os acessos rodoviários e as zonas de estacionamento, devem ser delimitadas e ter pavimento permeável e semipermeável, nas praias seminaturais”. Mas tem mais, no ponto nº 2, diz que nas praias naturais, também têm que ter pavimento permeável e semipermeável. Eu tenho aqui comigo e aliás é a documentação, tenho aqui comigo toda a documentação técnica do pavimento que eu passo a ler: “o código de identificação, único do produto tipo, semipermeável, com permeabilidade de 20 a 30%”. Relativamente às autorizações. Para além do POC, para além de todas estas questões, houve o Decreto 24/2020, emitido pelo Governo, eu passei três semanas a discutir diariamente em reuniões com autarcas, com a APA, com o Ministério do Ambiente, a questão das praias. E nesse Decreto-Lei diz muito claramente, que é obrigação dos Municípios,



regularizar o trânsito e combater o estacionamento ilegal. Então informal. Então, vamos como sabem as obras que estavam previstas eram na Praias do Rei à Bela Vista. E perante um algo, e eu aqui deixo claramente, que foi sempre conhecido por todas as entidades, e perante uma situação de urgência, foi decidido passar das obras que estavam previstas para a Fonte da Telha. Sabem porquê? Porque a Fonte da Telha é a segunda maior praia com maior capacidade do país. E imagine-se, e o POC previa novecentos lugares. Vamos agora então, já que temos que ordenar o trânsito, e limitar o trânsito e é o estacionamento, então vamos fazer uma coisa em condições. E, portanto, o que foi feito e o que foi desenhado e o que está a ser feito é vamos lá, eu já nem sei que duna é que os Senhores dizem que é preciso salvar, porque já lá não está nenhuma. Eu não sei se é a duna que estava por baixo das centenas de carros e dos 50 autocarros que estavam na Fonte da Telha. Aliás, como eu terei todo o gosto de mostrar em fotografia. Em contrapartida, o projeto que lá está, é a criação de uma via pedonal e ciclável, que aliás, também permite via de segurança, porque todos aqui presentes conhecem muito bem a Fonte da Telha e sabem os perigos que correm, a instalação de sulipas para proteger a duna primária, para impedir os carros de lá subir e assim com o material, que aliás, foi enviado no dia 21 de maio à APA e no mesmo dia ao ICNF. Material este, a APA sempre o declarou, que não tinha que dar parecer. Mas eu relembro, que houve uma visita que está publicada na minha própria página de facebook, onde eu disse que no dia 12 de maio com a APA e houve uma segunda visita com o ICNF no dia 20 de maio. O plano que o Ministério do Ambiente está a fazer, está a fazê-lo com a Câmara Municipal, porque desde o início dissemos, temos que fazer um plano integrado. Quem é que autorizou? Pois veja lá que esta obra até por ser em urgência, até por ser essencial, eu volto a dizer, era essencial limitar o trânsito e o acesso às praias, foi feita no âmbito da empreitada geral que passou em Câmara no dia 20 de maio, foi aprovada por unanimidade, e que teve o visto do Tribunal de Contas e, portanto, foi essa empreitada geral, para reabilitação de redes viárias, que foi usada na Fonte da Telha. E a Empresa é a SANESTRADA, com os Senhores sabem porque faz parte da empreitada geral. Uma última palavra. A Fonte da Telha, a comunidade piscatória, os almadenses e os caparicanos, Senhores/as Deputados/as Municipais, está na altura de deixar de ser apenas um exercício teórico. Esta população merece mais e melhor, do que apenas grandes debates teóricos que duram há anos, planos sistematicamente fracassados. Os caparicanos, as pessoas da Fonte da Telha, merecem melhor do que a atitude dos Senhores Deputados."

6.2.9 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu confesso que nós desconhecíamos os dotes e a especialização em geologia, ambiente, que a Senhora Presidente da Câmara Municipal acaba de aqui revelar e agradecemos a aula que nos deu. Mas, o que nós aqui fizemos foram perguntas e pedido de documentos. E são esses documentos que a Senhora Presidente da Câmara Municipal tem que nos fornecer. Não é mais nada, é só isso. Fizemos perguntas e a Senhora Presidente respondeu como entendeu e pedimos documentos e é esses documentos que tem que nos fornecer. Porque é a terceira vez, melhor, é a quarta vez que nós pedimos esses documentos à Senhora Presidente, porque os Senhores Vereadores já fizeram três requerimentos e nós hoje fizemos um aqui do Grupo Municipal. Portanto, são quatro vezes que pedimos os documentos. A Senhora Presidente da Câmara tem que os entregar."

6.2.10 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria só tentar esclarecer de forma telegráfica as questões do Senhor Deputado Municipal Artur Alfama. Sobre a questão das esterilizações, deixar claro como é óbvio, nós sempre reconhecemos que temos que acelerar o número de esterilizações, aliás, este ano 2020 até à entrada do cenário do Estado de Emergência, estávamos a cumprir o objetivo apenas com uma médica veterinária e estávamos perto das quarenta esterilizações mês, no estado normal estaríamos com os dois médicos veterinários acima das setecentas esterilizações ano que tínhamos como objetivo. Dar nota de que, houve campanhas junto da DGV – Direção Geral de Veterinária, quer em 2018 quer em 2019, em 2019 para ficar com essa indicação, tivemos uma receita dessa campanha de 4.425.00€ (quatro mil quatrocentos e vinte e cinco euros). Em relação à poda das árvores. Dizer que, nós temos procurado dar toda a informação também ao PAN. Como sabem, não foi uma intervenção dos serviços municipais, foi de um prestador de serviços, ao qual nós pedimos toda a averiguação da situação, estivemos limitados pela informação que obtivemos, até pela questão das forças de segurança que acompanharam aquela



operação e que limitaram também o tempo e a altura em que foi feita. Sobre o canil ilegal de Santo António, dar apenas nota de que, também como tem sido procurado transmitir da informação, o Serviço Veterinário, em conjunto com o SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR, tem feito lá deslocações, tem sido lá envolvido também o Provedor no sentido de articular às vezes alguma intervenção de proximidade informal de pedagogia junto de algum desses cidadãos que tratam se calhar menos bem a promoção do bem-estar animal. E, portanto, tem havido esta ação articulada com uma certeza, há aqui algumas limitações legais em relação à nossa capacidade de intervenção a partir do momento que não haja autorização de proprietários privados, seja do território, seja objetivamente da intervenção que estão a desenvolver. Espero ter esclarecido, mas teremos certamente oportunidade de ir falando informalmente.”

6.2.11 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Lombas na Romeira. Estão previstas. Estamos a trabalhar nisso. Vamos iniciar agora um diálogo também com as cuidadoras da colónia de gatos, inclusive até já vimos um sinal que é possível lá colocar de aviso a colónias de gatos, é uma situação em que estamos a trabalhar. Vamos colocar, vamos reunir, aliás, até procurar reunir para em conjunto resolver e articular. Pórtico da Quinta. Obviamente nunca esteve previsto na rotunda do Texugo, mandar abaixo o pórtico, até porque o pórtico é privado. Aliás, isso foi alguma invenção de alguém, porque isso nunca esteve previsto, no plano que lá está não está previsto, no outdoor que lá está mostra claramente que o arco se mantém, e alguém inventou essa história do pórtico, porque o pórtico é privado. Chega, chega. Há coisas que é demais. E nunca o pórtico esteve previsto ir abaixo. E eu fico sinceramente admirado como é que podemos chegar a tal ponto. Fonte da Telha. Reiterar aqui aquilo que a Senhora Presidente da Câmara Municipal aqui disse e bem e dizer-vos o seguinte e só falando agora nesta situação da Fonte da Telha. É curioso, ver a CDU tão preocupada, e tal aqui como já foi dito, quando quis fazer a via turística pelo sítio que queria fazer, que eu me lembro bem dessa luta, a mandar casas abaixo inclusive de pessoas que lá moram há dezenas de anos e que são legais. Como na zona por trás do Botequim e noutros sítios. Atravessamento da Mata dos Medos, por uma zona onde tinha pinheiros centenários e onde é um corta-fogo por trás da rua dos Benvindos. Nessa altura não havia preocupações com o ambiente de certeza. Se não fosse um movimento enorme de cidadãos e também dos partidos da oposição, se calhar hoje tínhamos lá essa estrada. Mas isso agora também não interessa falar. Gostava de saber onde está a preocupação da CDU quando na duna primária, há parques de campismo há dezenas de anos e muitas vezes a avançarem ainda mais sobre a duna. Quarta situação, Casa da Coroa. Qual foi a preocupação quando a Casa da Coroa foi destruída, e na altura ninguém se lembrou. Não havia problema absolutamente nenhum. Já para não falar da estrada das Terras da Costa, que por acaso eu até tinha uma posição um pouco diferente da do CDS, mas a verdade é que a intervenção era uma intervenção intrusiva, ninguém diz o contrário. E até aí elevar quota e tudo. Fonte da Telha. Eu gostava de saber e vamos ser muito francos. Eu ainda hoje estive na Fonte da Telha e tenho lá estado quase todos os dias. Gostava de saber onde é que estavam os Senhores, quando havia dezenas, centenas de carros parados em cima da duna. Nunca os vi fazer nada para tirar de lá os carros. Esta intervenção, vai proteger a duna e já é possível de ver lá, aliás, desde que nós começamos a limitar o acesso à duna a própria duna já está a começar a recuperar. E nós queremos juntamente com a APA, entre o bar O Rampa, o Kailua o Ti João os carros param em cima da duna, vocês nunca fizeram absolutamente nada para tirar de lá os carros. Agora estamos a fazer porque queremos realmente proteger a duna. E é em conjunto com a APA, pode ter a certeza que vamos restabelecer a duna.”

6.3 – O Senhor Presidente da Assembleia informou que na Conferência de Representantes se tinha acordado que os pontos seguintes da Ordem do Dia 3.2 relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da CMA relativo ao exercício de 2019”, 3.3 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2019” e 3.4 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da WEMOB relativo ao exercício de 2019” seriam apresentados e discutidos em conjunto, sendo votados separadamente.

6.3.1 – Para apresentar os documentos usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Miguel Salvado.



12

6.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Funcionamento pleno das nossas instituições democráticas exige de nós capacidade para ouvir e iniciativa para debater. E é com esse espírito, que eu, enquanto Presidente da Câmara Municipal e este executivo, temos estado sempre disponíveis para prestar todos os esclarecimentos de forma coerente e sistemática, para garantir que a causa pública em todas as suas valências políticas é respeitada. Acredito que o exercício democrático transparente, pode e tem que ser garantido por todas as forças e representantes. Já o aqui afirmei e sublinho, podemos discutir opções, concordar numas áreas e ter uma posição completamente oposta em outras, é algo normal e até saudável num sistema plural e democrático. O que considero discutível, é escamotear e deturpar factos inúmeros, por muito que se queira passar a mensagem de um retrocesso que apenas alguns querem ver ao quicá, vejam. Nesse sentido gostaria de começar esta minha intervenção brevemente com as contas relativas ao WEMOB. Em 2019 caracterizou-se pela aposta na reorganização da empresa, de forma a garantir o seu futuro na melhoria da mobilidade no Concelho de Almada. Com a transferência de competências e a devida alteração estatutária, a sua atuação foi expandida para a gestão dos apoios de praia, na frente urbana e não urbana e para a cobrança de taxas pela ocupação de espaço público, obviamente em articulação também com os parques de estacionamento. A WEMOB não gere o litoral do ponto de vista ambiental. Tal teve naturalmente um impacto no seu exercício, no período em análise os rendimentos da WEMOB totalizaram o valor de 3.054.834.00€ (três milhões, cinquenta e quatro mil e oitocentos e trinta e quatro euros), com uma taxa de execução de 143%, comparando com o ano de 2018, as receitas aumentaram positivamente na ordem dos 44%. Sobre esta matéria, importa esclarecer o que tem sido de forma deliberada falsamente divulgado, por eleitos com responsabilidades acrescidas. O significativo aumento das recitas por autos, deve-se à transferência de competências, que levou a que a WEMOB passasse a receber a totalidade das receitas quando antes, recebia apenas uma parte. Os números são evidentes. O número de autos diminuiu de 70.537 mil em 2017, para 45.131 mil em 2019. Isto significa que são menos 25.406 mil contraordenações. Ou seja, dizer que houve um aumento de caça à multa por eleitos, é uma declaração óbvia de má fé e mentira descarada a todos os almadenses. Na despesa a evolução foi idêntica às das receitas com um total de 3.025.686€ (três milhões, vinte cinco mil e seiscentos e oitenta e seis euros) e uma taxa de execução de 143% face ao valor orçamental. O bom desempenho da empresa foi naturalmente fortemente afetado pela pandemia, que a privou de receitas desde março de 2020. Tal situação inesperada, leva à necessidade de um reforço de participação financeira por contrato programa, que a Câmara Municipal já previa assinar no segundo semestre, mas que tem agora de adaptar. Como afirmei ontem nesta Assembleia Municipal, o atraso no pagamento de salários deste mês e o respetivo subsídio de férias, é algo com o qual não podemos conviver, pelo que a situação será regularizada na próxima semana. E reforço aqui o compromisso, deixado ainda ontem, para com os trabalhadores desta empresa, que tudo faremos para manter os seus postos de trabalho. E já agora, permitam-me dizer, que também foi em 2019, e pela primeira vez, os salários dos trabalhadores da WEMOB, foram aumentados em cerca de 2%, no mínimo, de 20.00€ (vinte euros). Relativamente à execução financeira da Câmara Municipal de Almada em 2019, o orçamento final foi de 113.700.000.00€ (cento e treze milhões e setecentos mil euros), o que correspondeu ao maior orçamento da história do nosso município. A execução da receita orçamental correspondeu a 102.500.000.00€ (cento e dois milhões e quinhentos mil euros). Ou seja, 10,7% acima do previsto e a da despesa 93.500.000.00€ (noventa e três milhões e quinhentos mil euros). Ou seja, 3,4% acima do orçamentado, obviamente sem saldo de gerência, o que permitiu um saldo do exercício do ano em 9.000.000.00€ (nove milhões de euros). Ainda ao nível da despesa, é de assinalar que o total do executado é o mais alto dos últimos cinco anos e que a execução das Grandes Opções do Plano foi de 74%. O que se explica, com o investimento realizado em 2019, que é superior face a 2018, em cerca de 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros). Repito, superior em cerca de 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros). Nesse sentido e independentemente da maleabilidade contabilística, ou então mesmo das informações erradas que se queiram difundir e que os mais virtuosos tentam fazer passar como verdade, a verdade é que em 2019, este executivo municipal, executou 13.500.000.00€ (treze milhões e quinhentos mil euros) em investimento, aos quais se somam os 7.000.000.00€ (sete milhões de euros) de compromissos já assumidos. No total estamos a falar de mais 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) que representa 82% do investimento previsto e que ao contrario das engenharias contabilísticas de um passado recente, tem como objetivo melhorar a qualidade de Almada enquanto Concelho para viver, visitar e investir. É



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

também de notar que a este resultado soma-se a descida da dívida a médio e longo prazo da autarquia em 3.000.000.00€ (três milhões de euros), garantindo assim, uma maior solidez financeira e capacidade de endividamento. Aproveito também esta oportunidade para sublinhar ainda a boa execução das entidades participadas que representam em termos financeiros resultados positivos. Caras e caros Senhores/as Deputados/as Municipais, só esta gestão rigorosa, exigente e de contas certas, possibilitou montar já em 2020, uma resposta a esta pandemia que salvaguardou a saúde e o bem-estar das nossas populações, com um investimento entre março e maio, já de mais de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) e que está incluído nos 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) previstos no Plano de Almada Solidária até 2021. No entanto, o período que estamos hoje aqui a analisar, é de 2019, pelo que importa defender todas as conquistas para este Município e para os almadenses. E começo por uma área que apresentava mais falência e gerava maior incompreensão por parte de quem vive neste Concelho, a higiene urbana. Só em 2019, foi realizado um investimento de mais de 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros) para renovar a nossa frota de viaturas, máquinas e equipamentos, que de tão obsoletas chegava a custar à autarquia, só em reparações, por ano, quase 1.000.000.00€ (um milhão de euros). Milhão esse, que eram inscritos como investimento. Reparações essas, que eram incluídas como verba de investimento, o que só por si, revela ironia e contradição. Adquirimos e implementamos também um sistema inteligente de gestão de resíduos, ampliamos a recolha seletiva multimaterial porta a porta, em sete mil novecentas e seis moradias, e apresentamos uma candidatura relativa ao projeto de recolha seletiva de bio resíduos urbanos no Concelho de Almada, no montante de 3.500.000.00€ (três milhões e quinhentos mil euros). Lamentamos que ao nível da recolha de monos neste esforço pela higiene urbana, nem todas, algumas sim, outras não, as Uniãos de Freguesia tenham acompanhado o esforço que tem feito a autarquia. O resultado, uma Almada mais digna e limpa. Em termos culturais e tendo consciência da sua importância na educação capacitação e valorização de todos, foram investidos mais de 3.500.000.00€ (três milhões e quinhentos mil euros) ao qual aliás, se acrescenta os valores que sempre dependeram das atividades do gabinete e que era o antigo Sol da Caparica e cumprimos a nossa obrigação, mais 790.000.00€ (setecentos e noventa mil euros). Mesmo assim, foi mais barato do que as edições do Sol da Caparica. Tivemos o nosso “Está Tudo em Festa”, que pela primeira vez as festas das Cidades foram a todas as Freguesias do Concelho. Tivemos também o “Feliz Almada”, que ofereceu como presente de Natal uma programação inédita durante um mês e também o Sol da Caparica que tantos diziam que não se iria realizar com a melhor edição de sempre e com o menor investimento de sempre. No entanto, a cultura em Almada é transversal a todo o ano e 2019 revelou um dinamismo e a criatividade possante que caracteriza este Município das artes. No total realizamos quatrocentos e dezasseis eventos entre exposições, concertos, peças de teatro, festivais etc. O que representa um acréscimo de 20% relativamente a 2018. Em termos de visitantes, ultrapassamos os cento e sessenta mil espetadores, visitantes e espetadores, o que significa um aumento de mais de 35% relativamente ao ano anterior, sem contar com o público do Sol da Caparica. Números que nos enchem de orgulho e que são paradigmáticos da aposta que este executivo tem realizado nestas áreas e que engloba obviamente as nossas associações e coletividades que este ano contaram com o maior apoio financeiro alguma vez atribuído, 7.500.000.00€ (sete milhões e quinhentos mil euros). Números importantes que revelam que este é sem dúvida o executivo que mais apoia o Movimento Associativo e a cultura. O resultado, uma Almada mais cultural, inclusiva e criativa. Falemos agora da educação e juventude, para além da vitória que significou para a Charneca de Caparica o protocolo assinado com o Governo para a criação do Polo de Ensino Secundário na Escola Carlos Gargaté, 2019, em que se estabeleceram compromissos em investimento no parque escolar, num montante global de cerca de 3.000.000.00€ (três milhões de euros). No total foram realizadas mais de cento e cinquenta intervenções entre elas algumas absolutamente estruturais. Tivemos ainda outros projetos educativos como a “Pasta Escolar”, “Outras Bandas”, “Orquestra Geração”, projeto “Mais Leitura, Mais Sucesso”, onde foram investidos mais de 220.000.00€ (duzentos e vinte mil euros). Realizamos o “Março à Solta” dedicado à juventude, demos continuidade aos “Jovens Talentos” e ao “Orçamento Participativo”. Lançamos a consulta pública para o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, que representa um marco importante no fomento da participação cívica dos jovens almadenses. O resultado, maior valorização dos nossos jovens, um parque escolar mais bem equipado e preparado, para assegurar a educação que as nossas crianças e jovens merecem. A habitação é um tema complexo com sabemos, em função de inúmeros fatores que foram somando ao longo de décadas e que são alheios às pessoas vulneráveis que exigem uma resposta imediata. 2019 foi de facto o ano, em que o Município de Almada passou a ter uma política para a habitação. Foi um ano importante em termos estratégicos, a médio



e longo prazo. Foi o ano em que concluímos o levantamento dos fogos municipais, instrumento essencial para qualquer política de habitação. Que finalizamos o processo de atualização de rendas em que aprovamos a Estratégia Local de Habitação e o Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação, assim como, lançamos o Programa 1º Direito. Definimos ainda um investimento de 550.000.00€ (quinhentos e cinquenta mil euros) para a aquisição de imóveis. Sem esquecer as mais de duzentas intervenções ao nível da reabilitação e claro o protocolo assinado com o IHRU relativo ao projeto habitacional de Almada Poente, para a construção de mais de três mil e quinhentos fogos. O resultado, passos concretos para garantir a todos o acesso ao direito fundamental de uma habitação condigna. Ao nível do desporto para além dos apoios no âmbito do RMAMA, foi investido quase 1.000.000.00€ (um milhão de euros), em eventos desportivos que catapultaram o nosso Município com o Caparica Surf Fest, articulado com os programas do “Almada Sénior”, o “Almada Informa”, e em investimentos e manutenção dos nossos equipamentos desportivos como por exemplo, as obras no Complexo dos Desportos. O Resultado, mais e melhor desporto para todos. Em termos económicos gostaria também de deixar aqui alguns dados que creio, refletem como as nossas políticas têm atraído investimento. Em 2019, foram criadas trezentas e trinta e três novas empresas no nosso Município, praticamente uma nova empresa por dia e um aumento de mais de 22% relativamente ao ano anterior. Em contrapartida, o número de empresas encerradas desceu mais de 40% de duzentos e catorze em 2018, para noventa e um contabilizando um saldo positivo de duzentas e quarenta e duas empresas. E já que falamos de economia também de realçar um investimento de mais de 220.000.00€ (duzentos e vinte mil euros) nos mercados municipais da Cova da Piedade, Torcatas, Charneca de Caparica e Mercado Abastecedor. O ambiente é como sabemos uma das principais prioridades não só nacionais como internacionais. E Almada tem feito a sua parte. Não só com a projeção de novos parques, jardins e outros espaços verdes, mas com investimentos de mais de meio milhão de euros em mobilidade elétrica, com dez novas viaturas sustentáveis no investimento na eficiência energética de equipamentos municipais ou através da aposta na educação e sensibilização ambiental. O resultado, uma Almada mais consciente ambientalmente, que pretende ter uma voz ativa na construção de um futuro mais sustentável. Há ainda outros projetos importantes que gostaria de abordar. Em primeiro lugar, o trabalho da nossa Proteção Civil, com o importante Plano Municipal de Defesa da Floresta, contra Incêndios, um investimento em desmatção e imóveis municipais, e a implementação do programa “Praia protegida”, que aliás, foi fundamental para garantir nesta fase de pandemia o acesso às nossas praias antes mesmo da abertura da época balnear. A abertura dos nossos cinco Espaços do Cidadão, em todas as Freguesias, foi também um marco de 2019, porque a qualidade de vida é também garantir serviços públicos de proximidade, que permitam às pessoas resolver as suas questões da forma mais eficiente possível. Em termos de intervenção e integração social através dos seus planos de apoio nas áreas da saúde, envelhecimento, migrantes, violência doméstica, apoio à família e deficiência, a Câmara Municipal de Almada, investiu 625.000.00€ (seiscentos e vinte cinco mil euros). Nestas áreas, destaco também o projeto de teleassistência para apoio a idosos e as acessibilidades adaptadas na Casa da Cerca e na praia do Tarquínio. E porque a causa pública deve envolver a sociedade civil, deixo também aqui uma palavra ao trabalho tão importante, que tem sido desenvolvido pela Provedoria do Animal, e o Comissariado Municipal para o Aproveitamento Alimentar, nas suas importantes áreas. O resultado, uma Almada mais segura, solidária e com uma verdadeira oferta de serviço público. Por fim, falemos de obras. Deixei intencionalmente este tema para último, porque nos orgulhamos do trabalho realizado, e para esclarecer aqueles que afirmam que este mandato só se define por rotundas. E sim, a este nível, não escondemos, 2019 foi um ano de inúmeras intervenções para melhorar a qualidade das nossas estradas e a mobilidade dos almadenses. Foram investidos 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) no nosso território, em centenas de quilómetros de pavimentações, sinalizações e passeios, em novas rotundas, eu não vou cita-las todas porque seria demasiado longo, mas também em novos espaços verdes como o Jardim da Cova da Piedade, ou o Parque Atlântico da Costa da Caparica. Na reabilitação de edifícios históricos como os edifícios exteriores do Presídio da Trafaria, para além de todos os projetos em curso com concurso e candidaturas lançadas, como a reabilitação do Centro Arqueológico de Almada, do Almaraz, o Museu Vivo da Arte Xávega, a rua dos Pescadores, a reabilitação da Romeira e de Cacilhas, não esquecendo obviamente, a conclusão do tema da ex Estrada Nacional 377, que se arrastava, já é famoso, há catorze anos e cuja obra já se iniciou. Por tudo o que já disse até agora e por tudo aquilo que se vê no nosso território, é fácil a conclusão de que não fizemos apenas rotundas em 2019.



Caras e caros Deputados Municipais, num ano não se resolvem todos os problemas deste Município, nunca o escondemos e não é agora que o faremos. Mas é exatamente, com a mesma frontalidade, que afirmo aqui, em nome deste executivo, que me orgulho de liderar, aquilo que os almadenses sabem e sentem todos os dias. Estamos no caminho certo. Continuamos como sempre disponíveis para colaborar com todos, mas não temos tempo a perder com quem nada tem a propor, a não ser a desinformação sistemática. Porque os almadenses sabem que podem confiar neste executivo, para dar voz às suas exigências e corpo às suas ambições, para juntos concretizarmos diariamente, todo o potencial que torna único este território de muitos.”

6.3.1.2 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não me querendo alongar, foram entregues a Prestação de Contas de 2019 dos SMAS e vou tentar ser mesmo muito breve. Foi mais um ano de muito trabalho, mais um ano de grandes desafios em que procuramos continuar a manter num serviço público municipal de excelência. Continuamos com um nível de conformidade muito satisfatório, de 99,74%. Deram entrada no sistema abastecedor dezassete milhões de metros cúbicos de água. Foram feitas diversas intervenções de renovação da rede de distribuição e adução das quais destacamos algumas como a rua Manuel Sousa Coutinho, a Praça dos Navegantes na Costa da Caparica, a rua Torcato José Clavine, a rua Galileu Saúde Correia. Foram também realizadas, por administração direta, várias reabilitações no Campo de São Paulo, na rua dos Castanheiros, no Largo Filinto Elísio, na rua Luís António Verney entre muitas outras. Continuamos com um controlo analítico muito rigoroso nas estações das nossas ETAR, sendo obviamente uma enorme preocupação o continuar de afinação do processo da ETAR da Quinta da Bomba, como sabem, todos conhecem esse processo, está neste momento inclusive, a decorrer algumas empreitadas em várias áreas específicas para melhorar o próprio tratamento. Fizemos e continuamos milhares de intervenções de manutenção anual, limpeza, desentupimentos de sumidouros, de valas, de inspeções de válvulas, por aí fora. Em 2019, encerramos o ano com cento e sete mil, quatrocentos e quarenta e três contratos de fornecimento de água e águas residuais, o que representa um acréscimo de quinhentos e oitenta e nove contratos face ao ano 2018. Continuamos a apoiar e incentivar a tarifa social, bem como a aplicação do plano de pagamento de dívidas em prestação. Continuamos e queremos alargar cada vez mais o débito direto, a utilização dos SMAS online, e bem como a adesão à fatura eletrónica. Na área do sistema de gestão integrado, mantendo todas aquelas certificações que achamos que realmente são fundamentais para o serviço dos SMAS. Mantivemos e desenvolvemos também trabalhos em diversos projetos nacionais, internacionais, com comunidade científica, com o meio universitário, projetos como o IQTA, o iAFLUI – Iniciativa Nacional para o Controlo de Afluências Indevidas entre outros. Participamos em diversas comissões técnicas de âmbito variado, de diversas instituições nas quais somos associados e participamos regularmente. Participamos mais uma vez no ENEG, tendo a nossa equipa recebido o 1º lugar no Campeonato Nacional de Montagem de Ramais. Na área da sensibilização ambiental e datas comemorativas, mantivemos e incrementamos a comemoração e também a participação da nossa comunidade escolar e não só em dias como o Dia Mundial da Água, o Dia Nacional da Água, o Dia Mundial do Saneamento entre muitos outros. Mantivemos vários projetos e participação como a Viagem ao Mundo da Água, o Guarda Rios, o Surf Para Todos. O desenvolvimento cada vez mais do projeto “Beba Água da Torneira”, onde estes simples cantis também são mais um meio, mais uma forma de apelarmos a que as pessoas bebam água da torneira, que em Almada como todos nós sabemos e felizmente é de excelente qualidade. E para terminar, gostaria só de dar aqui dois ou três dados que eu acho que são muito importantes. A taxa de execução orçamental de receitas correntes foi de 110/% e a taxa de execução da receita global de 98%. A taxa de execução da despesa corrente é de 92% e da execução de despesa total é de 89%. Temos aqui e isto acho que é um orgulho para os serviços, temos um valor disponível de 7.172.000.00€ (sete milhões, cento e setenta e dois mil euros) arredondado, e vamos incorporar cerca de 5.000.000.00€ (cinco milhões), 4.959.000.00€ (quatro milhões novecentos e cinquenta e nove mil euros) só em investimento. Isso depois virá mais tarde com o nosso Plano de Investimentos e com a Revisão Orçamental. Dizer isto: foi um ano de muito esforço, porque toda a política que temos tido e que temos vindo a seguir de acompanhamento dos nossos municípios, não só na área dos cortes, na área dos planos, na área do fomentar o uso responsável deste bem tão essencial que é a água, permitiu-nos também alavancar e aumentar a nossa capacidade não só de receita como também de transformar essa mesma receita em investimento. Procurando cada vez mais controlar a despesa corrente, porque o que queremos é



cada vez mais ter disponível para investimento. O ano 2019, foi realmente um excelente ano, e os dados estão aqui e comprovam-no. Foi um ano de excelência de execução, mas também de muito esforço dos próprios serviços, que procuraram de diversas formas conseguir cumprir este plano e principalmente tendo sempre uma matriz muito forte no investimento, seja na renovação da nossa frota, dos equipamentos dos nossos trabalhadores, na renovação das redes, na melhoria dos sistemas, na telemetria, na gestão do próprio fornecimento, das ETAR. Isto é, um leque enorme de ações que são feitas para que possamos chegar a este momento e dizer que cumprimos e temos orgulho no trabalho que foi feito pelos SMAS de Almada e pelos seus funcionários, que mais uma vez e agora neste período o provaram, são de excelência e mesmo aqueles que agora mais recentemente entraram, já começam também a perceber e já estão imbuídos desse espírito, eu tenho oportunidade de acompanhá-los, nós recebemos cerca de trinta e tal pessoas, e foi muito interessante ver a forma como eles, alguns deles até muito jovens, entraram nos serviços e hoje já funcionam numa dinâmica muito gira, muito interessante e a aprenderem constantemente com os mais velhos e eu acho que isso também é muito importante refletir e passar essa mensagem aqui.”

6.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Lourenço (CDU), Sérgio Bastos (PS), Maria Luís Albuquerque (PSD), Marina Lopes (PSD), Carlos Revés (CDU), José Rocha (BE) Débora Rodrigues (PS), João Geraldes (CDU), Sílvia Sousa (Ind), Ivan Gonçalves e Pedro Matias (PS) e ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos aqui hoje para apreciar o relatório e contas de 2019, o qual dividiu uma vez mais a Câmara Municipal, com o atual executivo PS e PSD a votá-lo favoravelmente e com os vereadores da CDU e do Bloco de Esquerda a votarem contra este relatório e contas. Disse a Senhora Presidente da Câmara na apresentação do Relatório e Contas de 2019 da Câmara Municipal e em sua defesa, que ele demonstrava uma gestão responsável, rigorosa e criteriosa por parte da atual maioria que a governa. Ora vejamos o que a leitura deste relatório nos mostra. Dos chamados grandes números do relatório e contas da Câmara Municipal de Almada em 2019, ressalta fundamentalmente um aumento das receitas, em relação a 2018, em cerca de 14,2 milhões de euros, quando de acordo com as suas previsões a Câmara previa uma subida das receitas de 4,3 milhões de euros. Sendo do lado das receitas o desvio de 10 milhões de euros, já do lado das despesas, esta maioria que Governa a Câmara Municipal, previu uma subida nas despesas de 29,3 milhões de euros, mas acabou por aumentar as despesas em apenas 9 milhões de euros. Em síntese do lado da receita arrecadou mais 10 milhões de euros do que esperava, por razões que lhe são em grande parte alheias (mais IMT, IRS, Transferências), já do lado das despesas e da sua exclusiva responsabilidade executou menos cerca de 20 milhões de euros, em especial devido à baixa execução do investimento, tal como aconteceu aliás em 2018. Se em 2018 executou apenas 55% do investimento que prometeu no seu Plano de Atividades e Orçamento, em 2019 executou 54%. Esta é uma das marcas mais fortes da gestão PS em Almada, a cerca de um ano do final do seu mandato, esqueceu e quer-nos fazer esquecer tudo o que prometeu em campanha eleitoral e como se isso não fosse suficiente, todos os anos aprova um Plano de Atividades e Orçamento, que apesar de ficar muito aquém das suas promessas, sistematicamente não executa por sua clara e notória incapacidade. Nunca em Almada a Câmara fez tão pouco! Em média esta Câmara investe em dois anos, tanto com os anteriores executivos CDU investiam num ano. Tudo isto é facilmente constatável pelos nossos munícipes, quando frequentam os nossos equipamentos desportivos e culturais, com balneários em clara degradação, equipamentos encerrados há meses, o que provoca deslocções de quilómetros para a prática desportiva, máquinas sistematicamente avariadas, não sabendo já os funcionários municipais o que dizer aos munícipes. No entanto o Plano de Investimentos aprovado por este executivo tem 70 mil euros para estas obras, que sendo pouco, mesmo assim só se gastaram 16 mil euros. Tudo isto é constatável ainda nos atrasos na construção de novos Jardins de Infância, na interrupção do programa de construção de logradouros e trabalhos de cobertura de algumas escolas e no atraso da ampliação da rede escolar. No entanto o Plano de Investimentos tem aprovados 2,9 milhões de euros para investimentos em escolas, mas só se gastaram 1,2 milhões de euros. Prevê ainda 79 mil euros para ampliação da rede pré-escolar, de que só se gastaram 6 mil euros. Finalmente o problema da habitação no nosso concelho, aquilo a que assistimos devia envergonhar esta maioria PS e tem de ser vivamente denunciado junto da população do nosso



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

concelho. O PS fez toda a campanha eleitoral prometendo às populações que iria de imediato resolver o problema da habitação degradada no concelho, nomeadamente do 2º Torrão e, agora que este mandato se está a esfumar e, quando efetuou pouco mais de meia-dúzia de realojamentos, vem reconhecer que a situação habitacional no concelho é complexa e irresolúvel a curto prazo. Invoca em sua defesa que, entretanto, assinou um protocolo com o IHRU relativo ao projeto habitacional de Almada Poente para construção de mais de 3500 fogos, mas não esclarece qual o contributo desses fogos para a resolução dos bairros degradados do concelho e nem explica onde vai o município buscar os recursos financeiros necessários para realojar as tais 8 mil famílias necessitadas de habitação, já que essa responsabilidade passa para Almada. O Governo encontrou efetivamente nesta Câmara PS um bom parceiro para se desresponsabilizar da resolução do problema da habitação, que sendo um direito constitucional deve ter uma resolução nacional e não local. A batata quente está agora do lado da Câmara Municipal e a única coisa substancial que conseguiu executar em 2019 foi adquirir, no último dia do ano e para aumentar a execução financeira, alguns fogos que sendo da CGD estavam já arrendados a inquilinos da Câmara. Curiosamente o anterior executivo CDU tinha acordado com a CGD, poder vir a adquirir mais tarde esses fogos para o município, permanecendo os inquilinos nessas habitações. Foi o que agora foi feito não se tendo com esta aquisição aumentado os realojamentos no município. Algumas notas ainda, para uma matéria que tem nos últimos meses preocupado muitos almadenses, alguns a dar os primeiros passos na vida associativa seja ela, cultural, desportiva, recreativa e social, e outros com uma vida dedicada ao movimento associativo. O debate que ontem aqui travámos em torno do movimento associativo foi a todos os títulos, muito esclarecedor. Ficou claro que o movimento associativo almadense é um alvo a abater por esta Câmara PS e neste ponto quaisquer palavras que passam ser ditas dificilmente espelham fielmente, a raiva, o rancor e a hostilidade, que um eleito PS exprimindo de forma livre aquilo que vai na mente da sua bancada, aqui transmitiu em relação a muitas coletividades e em especial às centenárias e às suas direções. Lamentamos que o PS não se tenha demarcado desta linguagem e desta postura tanta vez utilizada nos tempos do fascismo pelos seus defensores, para com aqueles que lhes faziam frente. Uma intervenção para ver e rever e que a determinada altura nos levou a duvidar se aquilo que ouvíamos vinha da bancada do PS, ou se não estaríamos antes a ouvir um deputado do “Chega” na nossa Assembleia Municipal. Ficou também claro que embora reconhecendo que não sabe o que é o movimento associativo, a Presidente da Câmara apresenta um simples quadro com os apoios a esse movimento (cuja dimensão também desconhece naturalmente). E, é desta forma que apregoa aos sete ventos que esta Câmara Municipal em 2019 apoiou o movimento associativo como nunca antes foi feito. Não se percebe, mas como alguém diria, o importante é criar confusão nos mais distraídos e incautos e desta forma levar a água ao seu moinho. No entanto, a verdade é que a leitura desagregada desses apoios, mostra-nos que com a CDU, não só era maior o nº de coletividades e restante movimento associativo apoiados, como o valor do apoio global. Uma outra nota que nos parece importante relevar e que mostra bem a forma diferente como se olha para o movimento associativo. Enquanto com a CDU uma fatia importante desses apoios era para investimento (obras nas instalações, construções de sedes ou aquisição de equipamentos) - entre 30% a 50% do total dos apoios -, com o PS na Câmara Municipal a quase totalidade dos apoios são transferências correntes. O movimento associativo corre hoje o risco, em grande parte, de se ver transformado num prestador de serviços da Câmara Municipal, o que justifica também a forma, como num ápice e do pé para a mão surgem associações, que tão depressa nascem, como morrem, mas que em determinados momentos dão jeito. Uma última nota sobre esta matéria. O enorme respeito que nos merecem as dezenas de Escolas e Associações de Pais e Encarregados de Educação, forçadas a assumir competências públicas na educação - enriquecimento curricular das crianças, serviço de fornecimento de refeições e outros – não nos leva a incluí-los naturalmente no movimento associativo almadense, o mesmo acontecendo com a Federação Portuguesa de Natação, que recebe centenas de milhares de euros para pagar aos monitores de natação das piscinas municipais, o serviço que prestam ao município. Eternizando-se desta forma a precariedade da sua relação laboral com a Câmara de Almada. Não tendo feito uma abordagem exaustiva ao relatório e contas de 2019, o que atrás foi dito espelha bem as razões porque votaremos contra a aprovação deste relatório e contas da Câmara Municipal de Almada. Os últimos quase três anos de gestão PS significaram para o nosso concelho um período de enorme retrocesso não apenas na sua gestão, mas também na resolução dos graves problemas que a população do nosso município continua a enfrentar. Falar-se em gestão responsável, rigorosa e criteriosa a propósito da gestão da Câmara Municipal pelo PS, como acabámos de demonstrar não tem qualquer aderência à realidade. Almada e os Almadenses merecem na verdade muito mais, nunca nos cansaremos de o afirmar e de lutar por isso.”



6.3.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaríamos de elencar alguns dos pontos fortes da execução orçamental de 2019. Em 2019, a Câmara Municipal de Almada teve o maior orçamento da sua história no valor de cerca de 113,7 milhões de euros. O valor da receita ficou-se pelos 102,5 milhões de euros, 10,7% acima do orçamentado, e a despesa nos 93,5 milhões de euros, 3,4% também acima do previsto, o que veio reafirmar a consolidação orçamental das contas em Almada e a boa gestão socialista. Em matéria de investimento, a Câmara Municipal de Almada cresceu 39% face ao ano transato, alcançando o monte de 13,5 milhões de euros pagos e assegurando para 2020 compromissos na ordem dos 7 milhões em investimento que estão a decorrer e os quais são claramente visíveis por todo o território almadense. As Grandes Opções do Plano tiveram uma execução de 74%, o que representa uma variação positiva de 6 milhões de euros face a 2018 e um crescimento no investimento de mais de 4 milhões de euros. Em 2019 e no seguimento do que se tinha já verificado em 2018, a capacidade de endividamento do Município voltou a crescer, agora em 7 milhões euros, mais cerca de 5% que em 2018, em resultado do crescimento sustentado da receita líquida. Gostaria também de referir aquilo que para o Partido Socialista são alguns dos pontos fortes da ação realizada em 2019. Assim gostaríamos de elencar: Aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Implementação do Programa “Praia Protegida” no montante global de 70.640,00€, o que representa um acréscimo de cerca 14.240,00€ face ao ano transato; A criação dos Espaços de Cidadão nas cinco freguesias; O maior apoio de sempre a Associações e Coletividades (REMAMA, Corporações de Bombeiros e outros Protocolos): 7,5 Milhões de Euros. No ano de 2019, o investimento e atividade cultural ascendeu a cerca de 3,4 milhões de euros, tendo havido um crescimento exponencial do nº de visitantes aos espaços culturais, bem como da oferta e do nº de espetadores concertos, espetáculos, festivais, conferências. Em matéria de educação foram estabelecidos compromissos que se materializaram em investimentos executados e em execução superiores a 3 milhões de euros. Também a atividade desportiva, tão importante e transversal para as várias gerações do nosso território, teve um investimento na ordem dos 825.000,00€ de euros. Em matéria de habitação, realça-se a Elaboração e aprovação da Estratégia Local de Habitação (ELH) do Concelho de Almada 2019-2029, o investimento na aquisição de habitação social municipal superior a meio milhão de euros, a Celebração de Acordo de Cooperação com o IHRU no âmbito do “1º Direito”, o Projeto Almada Poente no valor 1,2 Milhões de euros, financiado em 80% pelo IHRU, bem como a continuidade da reabilitação do Parque habitacional Municipal. Realçamos também a aposta que este Executivo fez em matéria de eficiência energética, mobilidade urbana sustentável e mobilidade elétrica, com um investimento a rondar o meio milhão de euros. Outra das grandes apostas deste mandato foi a Higiene Urbana, como já muito bem foi referido pela Senhora presidente da Câmara, onde através de um plano de renovação da frota, equipamentos e máquinas, ainda em execução houve um investimento na ordem dos 4,3 Milhões de Euros. Com uma execução financeira de aproximadamente 6 milhões de euros em 2019, as obras municipais são também uma marca real da mudança que está a ocorrer em Almada. Este Executivo está realmente apostado em mudar a vida dos almadenses, investindo na requalificação da rede viária, ordenamento do espaço público, na reabilitação e criação de espaços verdes e bolsas de estacionamento, na melhoria das condições do nosso parque escolar, entre outros. Julgamos, pois, que estamos no bom caminho e a responder aquilo que são os anseios e as necessidades dos almadenses.”

6.3.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao longo do ano 2019, os Vereadores do PSD no executivo municipal, continuaram a trabalhar com total dedicação em prol do Município. Privilegiaram desde sempre, o apoio aos trabalhadores e melhoria das suas condições de trabalho, de que são exemplo as novas instalações do Viveiro do Alto do Índio, e a melhoria das condições do Centro de Recolha Oficial. Investiu-se ao longo do ano passado, como aliás já foi aqui referido, mais na intervenção e requalificação do espaço público, reabilitação esta que começou na zona do Caramujo Romeira, mas tendo sido realizadas múltiplas intervenções, a lista consta do Relatório e é bastante extensa, mas referia apenas a título de exemplo, as intervenções nos cemitérios de Almada e Vale Flores, nos espaços verdes de enquadramento, na iluminação pública, nos jardins e parques urbanos, incluindo e isso é muito importante



também, o reforço das condições de segurança para que todos possam usufruir destes espaços comuns. De acordo com o compromisso assumido no nosso programa eleitoral, baixou-se o IRS, o que se traduziu na devolução de mais de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) aos almadenses, isto sem por em causa o equilíbrio orçamental do Município. É verdade que em matéria de redução dos impostos suportados pelos munícipes de Almada, estamos ainda aquém dos nossos objetivos. Mas este, foi sem dúvida, um passo muito importante na direção certa. Reiteramos também, porque já o fizemos várias vezes, que gostaríamos de ver mais trabalho feito na criação de condições para atrair mais investimento para o Concelho. Mais investimento permite criar mais emprego e gerar riqueza. E só com maior geração de riqueza poderemos verdadeiramente construir um futuro melhor e mais justo para todos, com melhor qualidade de vida. Neste ano de 2020, em que estamos a discutir o resultado do ano passado, encontramos-nos numa situação profundamente diferente daquela que o relatório demonstra. Aquilo que podemos esperar para o resto deste ano e possivelmente para os próximos, é uma situação no mínimo de grande incerteza, mas provavelmente de grandes dificuldades económicas. O que significa que, sem prejuízo de reconhecer o muito trabalho que já foi feito, será indispensável que o executivo tenha uma gestão ainda mais criteriosa, que seja capaz de fazer mais, de fazer melhor, provavelmente com menos, e sempre com uma atenção redobrada à situação dos munícipes, em particular dos mais vulneráveis. Neste momento, essa não pode deixar de ser o centro das nossas preocupações.”

6.3.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Após análise do documento de prestação de contas dos SMAS fica claro para a bancada do PSD que os SMAS continuam na rota da excelência e da evolução. Parecendo-nos importante salientar que foi cumprido a 100% o número de análises obrigatórias que integram o Programa do Controlo de Qualidade da Água, sendo elas 16.111. Através desses dados, pode-se assegurar mais uma vez que os Almadenses consomem água de elevada qualidade, tendo sido atingido um nível de conformidade muito satisfatório, 99,74%, como já tinha referido o Senhor Vereador Miguel Salvado. É importante reconhecer, que os serviços continuam no caminho da inovação e da procura de melhoria constante, e prova disso é o novo furo de captação SC4, construído no recinto da Estação Elevatória de Corroios, integrado no sistema de abastecimento de água durante o primeiro trimestre de 2019, sendo a água ali captada, posteriormente, e levada para os reservatórios que garantem o abastecimento a Almada, Pragal, Cacilhas e Cova da Piedade. Nas Estações Elevatórias de Vale do Milhaços e de Corroios, foram instalados três grupos eletrobombas, garantindo uma melhoria na eficiência energética dos equipamentos e, consequentemente, a redução dos custos com energia elétrica. A água é um bem essencial e o seu desperdício é uma preocupação dos eleitos do PSD, por isso queremos congratular a administração dos SMAS pela continuação da implementação por todo o Concelho da solução de Telemetria e das Zonas de Medição e Controlo que permite identificar, com maior acuidade, as zonas onde as perdas de água são mais significativas. Quanto às águas residuais e pluviais. Em 2019 verificou-se uma redução global de 4% no consumo de energia das ETAR, correspondendo a uma redução do 8% no consumo específico da energia e garantiu-se uma autossuficiência de água do 81% (mais 6% do que em 2018). No que toca ao Sistema de Gestão Integrado. Prosseguiram as ações para a manutenção do sistema de Gestão Integrado (SGI) e respetiva certificação que incluem: a Gestão da Qualidade, a Gestão Ambiental, a Gestão da Segurança, Saúde e Bem-estar no Trabalho, Gestão da Segurança Alimentar e Gestão da Energia. Em dezembro de 2019, concluiu-se a auditoria externa para recertificação ao Sistema de Gestão da Qualidade e ao Sistema de Gestão Ambiental. Projetos em curso. Os SMAS estão empenhados em preparar o futuro e melhorar a sua performance face aos novos desafios e é por isso que integram projetos e estudos técnicos de investigação, em parcerias com outras entidades do setor das águas e do meio académico nacional e internacional. Tais como o projeto IAFLUI, onde se prosseguiu com ações de controlo de afluentes indevidos nas redes de drenagem doméstica e pluvial, nomeadamente através de verificações e ensaios de fumo na rede pública de drenagem de águas para aferição do seu real estado de conservação, em diversas zonas do Concelho. Destacamos ainda a relação que os SMAS têm vindo a desenvolver com a Academia, foi promovida a ligação ao meio científico e universitário estabelecendo parcerias para o desenvolvimento de projetos de investigação nacionais e internacionais, onde se inclui a participação numa candidatura ao prémio da União Europeia, com o projeto DEMETER, que conquistou o 2º lugar do referido concurso, que é um orgulho para todos nós Almadenses. A crise ambiental que hoje enfrentamos só poderá ser



combatida através da educação e da sensibilização e notamos a sensibilidade dos SMAS para este assunto, para as questões ambientais e consciencialização para as boas práticas no uso da água e do saneamento, caso disso foi a edição 2019 do Festival Sol da Caparica, em que os Serviços estiveram representados com um stand de sensibilização para a poupança e boas práticas para o uso da água e do saneamento, com o tema “Vamos falar sobre água”, o que os eleitos do PSD congratulam. De referir, que se deu continuidade ao projeto Ambiental “Beba Água da Torneira — BAT”. Este, foi também o tema da oficina de teatro 2019, promovida pelos SMAS Almada em parceria com o serviço educativo do Teatro Extremo que, este ano, contou com a participação de 16 crianças e jovens do Concelho. No exercício de 2019, os SMAS apresentam no nosso entender bons indicadores e estes indicadores levam-nos a concluir que os SMAS estão a ser administrados de forma exemplar e que existe uma enorme viabilidade financeira dos serviços. Queremos ainda congratular a administração dos SMAS pelas medidas de apoio social que foram tomadas no âmbito da pandemia COVID- 19, nomeadamente o cancelamento de ações coercivas de abril, maio e junho de 2020, corno corte de água e execuções fiscais por atraso no pagamento, ate junho de 2020, inclusive, a renovação automática, para todos os munícipes/beneficiários, do prazo do tarifário social que termina nos meses de março, abril e maio de 2020, até junho de 2020, inclusive, e isenção de pagamento das faturas com emissão durante os meses de marco, abril e maio de 2020 a todas as IPSS 's e Corporações de Bombeiros, do Concelho de Almada, com base nos valores médios dos anos de 2019/2020. Os eleitos do PSD esperam que tudo e nos mesmos trâmites e no caminho pelo bom trabalho.”

6.3.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os documentos de prestação de contas dos SMAS de Almada para o ano de 2019, hoje presentes a esta Assembleia Municipal para apreciação e votação, vêm de forma cabal dar razão ao que a bancada da CDU afirmou em dezembro de 2019 aquando da discussão do Plano de Atividades e Orçamento para 2020. Não existe em Almada, com a atual gestão, nem estratégia nem planeamento claro no que à reabilitação das redes de água e saneamento diz respeito. O investimento dos SMAS em 2019 atingiu pouco mais de 2 milhões de euros, simplesmente o valor mais baixo da última década em Almada. De facto, se atentarmos à média do investimento realizado no período entre 2010 e 2018, acima dos 5,2 milhões de euros/ano, 2019 regista uma quebra de mais de 60%. E o peso do investimento na despesa global também desce abruptamente. Comparando, uma vez mais, com a média dos anos atrás referidos, que foi de 20,6%, em 2019 temos apenas 8,7%. Analisando o investimento em águas e esgotos (onde se inclui a reabilitação das redes), o cenário não muda. Comparando com o ano de 2014, onde se registou, no período 2010/2018, o investimento mais baixo nestas áreas (mas ainda assim superior a 1,5 milhões de euros), em 2019 os SMAS investiram menos de 900 mil euros, ou seja, uma quebra de mais de 40%. Esta redução brutal no investimento não se explica, seguramente, por falta de recursos financeiros. O ano de 2019 foi aquele em que taxa de execução da receita foi a mais elevada da última década – 110%. Repare-se, aliás que se olharmos para o excedente de receita arrecadada em relação ao orçamentado, quase 2,5 milhões de euros, este foi superior ao investimento realizado em mais de 19%. Também não se explica pela falta de conhecimento das redes, da sua condição física no terreno e das prioridades de intervenção. Existe, nos serviços dos SMAS de Almada, conhecimento suficiente sobre todas estas matérias, sustentado até por estudos realizados, no mandato anterior, com a participação do LNEC, que as caracterizam.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais;

O ano de 2019 foi um ano de oportunidades perdidas. Se olharmos para o Plano de Atividades de 2019 dos SMAS, aprovado por esta Assembleia Municipal em dezembro de 2018, dos 17 lançamentos de concursos previstos para o ano transato, e após consulta no portal Base.Gov, nenhum, repito, nenhum foi lançado. E sobre 9 deles nada se diz neste documento. Obras importantes e prioritárias como a reabilitação da Av. Do Cristo Rei (nem uma palavra no documento), dos coletores na Rua de Olivença e Praça do Comércio (onde apenas se concluiu o projeto sem lançamento de concurso) ou da rede entre a Rua de S. Paulo e a Rua do Registo Civil (que ao que tudo aponta foi abandonada), entre tantas outras, continuam assim adiadas. Por tudo isto, e face à necessidade premente e por todos reconhecida de reabilitação das redes de águas e esgotos, é com enorme preocupação que a bancada da CDU olha para este Relatório e Contas dos SMAS pelo que refere e pela omissão de informação, que seria determinante indicar. Porque em última instância quem fica prejudicado é o Município



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de Almada e os Almadenses. E hipotecado o futuro do abastecimento e da drenagem, podendo criar graves consequências para a qualidade de vida e a segurança das populações. Conhecemos bem os SMAS de Almada, um serviço público e municipal de excelência, com um conhecimento e uma capacidade de intervenção que o distinguiram nas últimas décadas no País, e com trabalhadores e dirigentes conhecedores e interventivos. Só uma gestão descuidada e pouco mobilizadora, que não usa o conhecimento e a capacidade instalada dos serviços, poderá justificar esta incapacidade de realização. E é por tudo isto que não temos outra opção que não seja votar contra o documento apresentado.”

6.3.2.6 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre o documento em questão, a posição do Bloco de Esquerda não será diferente da que tivemos nos documentos originais, um posicionamento de total discordância, sobretudo com a forma de atuação deste executivo na construção dos sucessivos orçamentos que não aprovámos por, e dissemo-lo de forma reiterada, serem concebidos na base de acordos entre o partido socialista e o partido social democrata com total falta de disponibilidade para o diálogo e inclusão de propostas de outros partidos. Mas enfim, esta tem sido a postura que os partidos que governam esta autarquia decidiram adotar e para a qual, o Bloco de Esquerda sempre manifestou o seu desagrado e discordância. Há uma gritante falta de investimento em áreas estratégicas, nomeadamente habitação, transportes e luta contra a precariedade, que são para o Bloco de Esquerda setores prioritários de intervenção no nosso Concelho. Ainda assim e apesar da falta de abertura por parte do executivo, apresentámos ao longo deste mandato várias propostas expressando a nossa visão estratégica em determinadas áreas, como por exemplo, o setor dos transportes em que reivindicamos uma operadora municipal pública de transportes, como condição fundamental para a solução de um problema que tende a agravar-se com a atitude prepotente e de total desrespeito, dos operadores privados para com as e os cidadãos almadenses. Também de forma reiterada Bloco de Esquerda tem denunciado os protocolos que permitem perpetuar a falta de segurança de centenas de trabalhadores e que refletem de forma evidente a opção estratégica deste executivo. A implementação das CAF (Centro de apoio à Famílias) as (AAAF) (Atividades de Animação e Apoio à Família) e as (AEC) Atividades de Enriquecimento Curricular, que continuam a ser assegurados à custa de trabalho precário. Assim como a manutenção da concessão a empresas privadas no fornecimento de refeições nas cantinas escolares. Importa relembrar que o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta “Cláusula de combate à precariedade para adenda ao contrato-protocolo” a 20 de março de 2019, também rejeitada por este executivo. Relativamente à habitação, houve de facto um avanço, mas claramente insuficiente. Estamos em 2020 exatamente com os mesmos problemas identificados em 2019. Houve um conjunto de documentos que foram aprovados, mas tratavam-se de documentos obrigatórios por Lei, nesta medida a Câmara Municipal de Almada não fez mais que cumprir a sua obrigação. À exceção da aprovação destes documentos muito pouco avançou num Concelho com reconhecida carência nesta área. Da mesma forma a relação entre moradores e Câmara Municipal de Almada não tem sido bem-sucedida, prova disso são as denúncias constantes de falta de informação e de auscultação por parte do executivo. Para além da fraca estratégia, a única medida da Câmara Municipal de Almada é o programa do “1º Direito”. Outra das opções estratégicas é a nível fiscal. É claro nesta execução orçamental aquilo que dissemos na discussão do orçamento: um aumento de receitas de IMT. Este aumento deveria ter correspondido a um alívio na carga do IMI, proposta do Bloco de Esquerda na discussão do orçamento e deveria permitir e corresponder a uma acrescida capacidade do município para controlar a especulação imobiliária que tanto se tem sentido na oferta de habitação no nosso Concelho. E já agora, também aqui importa relembrar, que o Bloco de Esquerda apresentou propostas como a Taxa Turística, também estas chumbadas por este executivo. Posto isto e chegados aqui, com uma crise difícil pela frente, existem inúmeros problemas para os quais já deveriam estar a ser encontradas soluções, situações muito complexas e que tendem a agravar-se e tal como nas votações anteriores iremos votar contra este relatório relativo ao exercício de 2019. Permitam-me uma breve introdução, não podemos deixar de a fazer e achamos que é apropriado. Manifestar pela parte do Bloco de Esquerda uma enorme preocupação pelas acusações aqui proferidas pelos munícipes que ontem intervieram, sobretudo com a questão dos salários em atraso dos trabalhadores da WEMOB. Senhora Presidente, porque não puseram trabalhadores em lay-off, deixam de pagar salários? Foi isso que nos disse ontem, parece que o facto de não os pôr em lay-off impediu que pagassem os salários. Apesar das explicações



dadas pela Senhora Presidente do executivo, único acionista este tipo de situações reflete uma péssima gestão desta empresa municipal. Posto isto, sempre o dissemos mantemos a nossa posição que a ECALMA/WEMOB é um instrumento importante na mobilidade no Concelho de Almada e por isso o Bloco de Esquerda sempre apostou nesta entidade reguladora e não na opção repressiva de uma polícia Municipal. Relativamente aos resultados da execução orçamental da WEMOB, voltamos às questões já por nós referenciadas. A leitura que fazemos dos números apresentados é preocupante, porque para além de, por lado verificarmos a inexistência, de uma falta de estratégia clara, por outro lado, um aumento significativo da receita através de multas e coimas. Esta postura nada pedagógica já era anteriormente um dos problemas da antiga ECALMA agora da WEMOB. Também relativamente a esta matéria o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta, como no caso das Torcatas, esta foi mais uma das nossas propostas rejeitadas por este executivo. Por isso o nosso sentido de voto será de coerência, continuando naturalmente disponíveis para discutir propostas concretas.”

6.3.2.7 – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao ponto que se encontra em discussão, gostaria de começar por salientar que, numa altura como a que vivemos, ficou provado que ter contas certas aliadas a políticas públicas responsáveis, traz benefícios efetivos para as populações. Em situações de crise económica, como infelizmente sucede em 2020 em virtude da pandemia, é ao Estado, e bem, a quem compete dar respostas às populações mais desfavorecidas, corrigindo desigualdades e concedendo apoios sociais, quanto mais são precisos. É por isso que a conjugação destes dois fatores, rigor nas contas públicas e políticas efetivas com vista à melhoria da vida das populações, se mostram tão importantes. Mais uma vez, com o Partido Socialista à frente da Câmara Municipal de Almada, ficou demonstrado, por referencia ao Relatório e Contas do exercício de 2019 aqui em discussão, que não é benéfico, nem a austeridade, nem o desgoverno. Mais concretamente quanto aos números que hoje o executivo camarário apresenta, gostaria de salientar os seguintes aspetos. Face a 2018, a receita fiscal subiu devendo-se sobretudo ao IMT, atento o mercado imobiliário em 2019. Permitiu uma receita corrente de em 99.800.000.00€ (noventa e nove milhões e oitocentos mil de euros) 8.000.000.00€ (oito milhões de euros) acima do verificado em 2018. No que toca ao investimento, importa salientar um acréscimo de 3.000.000.00€ (três milhões de euros) face a 2018, perfazendo mais de 13.000.000.00€ (treze milhões de euros) de investimento total, dos quais tem um peso considerável, por exemplo, o programa do 1º Direito, aquisição de equipamentos de higiene urbana ou requalificação de infraestruturas viárias. E porque uma boa gestão também é aproveitar todos os recursos à disposição, não esqueçamos também o recurso a financiamento por parte de outras entidades, como o IHRU, no caso 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros), do programa do 1º Direito, ou os fundos europeus como aqueles que existem para a remoção do amianto nas escolas, ontem mesmo publicado em Diário da República, no valor total para todo o país, de 60.000.000.00€ (sessenta milhões de euros). Mesmo com considerável aumento total da despesa executada, mais de 9.000.000.00€ (nove milhões de euros) em despesa face a 2018, foi possível que o Município de Almada terminasse o ano de 2019, com resultado positivo, de cerca de 9.000.000.00€ (nove milhões de euros), como tinha sucedido em 2018, revertendo definitivamente, a tendência de resultados negativos dos últimos anos de funções do executivo da CDU. Ora como bem sabemos os recursos são escassos e as necessidades são ilimitadas. E como já referi, mostra-se essencial que o Estado, em particular os Municípios tenham contas sãs, sem deficits excessivos ao nível de endividamentos altos, que permita uma ação efetiva como a que hoje é tão necessária causada pelo COVID-19.”

6.3.2.8 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal apresenta-nos aqui um cenário cor-de-rosa vincado relativamente à execução orçamental e física da empresa municipal de estacionamento e circulação, ECALMA/WEMOB referente ao ano de 2019. A CDU entende que há muito poucas razões, se alguma de facto existir, para tão edílico panorama traçado pela Senhora Presidente. De facto, a prestação de contas de 2019 da empresa municipal, afigura-se-nos como um puro exercício de mistificação, que não reflete uma situação saudável relativamente à intervenção da empresa no território municipal, antes traduz um conjunto de opções políticas e de gestão claramente desfasadas das necessidades concretas da empresa e, muito mais importante que isso,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dos Almadenses. A sustentabilidade financeira da empresa em 2019, assenta essencialmente no brutal aumento das receitas das coimas apicadas e das taxas cobradas. São cerca de 1,2 milhões de euros de execução orçamental nestas rubricas, distribuídos por cerca de 930 mil euros em coimas – mais cerca de 550 mil euros do que em 2018, ou, em percentagem, mais 144,1% –, e quase 293 mil euros em taxas cobradas – mais cerca de 104 mil euros do que em 2018 ou, em percentagem, mais 55,1%. Perguntamos, Senhora Presidente, onde ficam as promessas de uma atuação pedagógica, assente na sensibilização e respeito pelos cidadãos e utentes, afirmada em tão grandes parangonas no início do atual mandato? Pelos vistos, mudanças houve sim, mas no sentido do agravamento da aplicação de penalizações e taxas e da eliminação das ações pedagógicas e de sensibilização que antes eram, efetivamente, praticadas pela empresa. Mas para além dos valores nominais que referimos, importa reter que a execução apresentada revela uma enorme e confrangedora incapacidade de planeamento e gestão da empresa, bem visível nos inacreditáveis desvios registados quando comparados os valores iniciais do orçamento aprovado no final do ano anterior com os valores executados no final do exercício. Esses desvios entre o executado e o planificado, atingem o ponto mais alto na receita de coimas, registando-se, imagine-se, um desvio de 270% – duzentos e setenta por cento, digo bem – entre o que foi orçamentado e o que foi efetivamente realizado. Mas estes desvios são igualmente sensíveis e importantes no que respeita às receitas das taxas – bloqueios, remoções e diárias (158%), dos parques de estacionamento (111%), e do Parque da Av. Afonso Henriques (144%), todas estas ao nível das receitas, e serviços externos (165%) e pessoal (136%), estas ao nível das despesas. Estes dois últimos desvios não serão estranhos se considerarmos que a estrutura de pessoal da empresa se traduz, neste momento, pela existência de um dirigente por cada dois trabalhadores. Com um rácio desta natureza, é perfeitamente plausível e mesmo previsível a ocorrência de desvios daquela ordem de grandeza. Importa ainda sublinhar que, como ontem aqui nesta mesma sala foi evidenciado pela intervenção de dirigentes sindicais da empresa municipal, permanece por resolver um vasto conjunto de questões que se prendem com a organização do trabalho e com as condições dos trabalhadores da empresa, questões que infelizmente o relatório que estamos a apreciar omite, situação que consideramos profundamente negativa e suscetível de prejudicar fortemente o bom desempenho da empresa. Neste quadro, e por estas razões, a CDU votará contra o Relatório e Conta de Gerência da ECALMA/WEMOB relativo ao ano de 2019. Os números concretos relativos ao apoio desta maioria que governa os destinos de Almada ao Movimento Associativo, os que constam, mas sobretudo os que não constam, do documento de prestação de contas que estamos a apreciar, já aqui foram relevados pelo meu camarada de bancada José Lourenço. Aquilo que foi dito na reunião de ontem desta Assembleia Municipal pelo Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, Senhor Pedro Matias, também já aqui foi denunciado na mesma intervenção do meu camarada de bancada. Mas é necessário dizer algo mais. É necessário dizer que a CDU lamenta profundamente que o Partido Socialista, pelo qual este Senhor Deputado Municipal e Presidente de uma Junta de Freguesia é eleito, não se tenha demarcado das afirmações profundamente ofensivas, mentirosas e gratuitas, de roupagem claramente fascizante, que o Senhor Deputado Municipal Pedro Matias aqui produziu ontem. O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias agrediu e insultou de forma absolutamente gratuita e infundada, milhares de cidadãos dirigentes associativos do nosso Concelho, que o são voluntariamente, por amor e dedicação às populações do Concelho, aos seus concidadãos. O seu discurso destemperado fez-nos, de facto, vir à memória os negros tempos do fascismo em Portugal. Tempos em que o regime opressor utilizava como estratégia, precisamente os mesmos métodos ontem utilizados pelo Senhor Deputado Municipal: qualificava de comunistas todos quantos se opunham ao abuso, arbitrariedade e violência exercidos sobre o Povo Português pelo regime fascista. Quem não se lembra da máxima salazarista “quem não é por nós, é contra nós”? Este discurso fascizante e irresponsável revela que existe da parte do PS em Almada um preconceito de base contra o movimento associativo, contra a sua essência popular e democrática, contra o seu papel insubstituível no que respeita ao progresso e ao desenvolvimento social, cultural e humano do nosso concelho. É esta realidade revelada por este tipo de agressão gratuita, que justifica afinal a política de asfixia traduzida na constante redução dos apoios municipais à sua atividade, que esta maioria vem impondo ao Movimento Associativo desde que tomou posse. E é esta realidade que justifica também, e de forma agora absolutamente transparente, a razão pela qual o PS rejeitou a proposta da CDU para a criação de um fundo de 1 milhão de euros para apoio, não ao Movimento Associativo em exclusivo como ontem o Senhor Deputado Municipal Pedro Matias quis fazer crer, mas a todas as associações e instituições do Concelho afetadas pelas duras consequências da pandemia que vivemos. A CDU entende que é necessário eliminar rapidamente este



preconceito que capturou o PS, e é urgente mudar de rumo! É o desenvolvimento do Concelho que o exige. É a história que o exige! É a luta de milhares de cidadãos que, precisamente em torno do associativismo popular, foi travada contra a repressão, o obscurantismo, a ditadura fascista, que o exige. Por isso, uma vez mais a CDU lamenta profundamente, que ao aceitar de forma totalmente passiva o discurso ontem aqui feito pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Matias, o PS de Almada não dê qualquer sinal positivo no sentido da indispensável mudança de orientação e de estratégia neste domínio.”

6.3.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria começar por dividir a minha intervenção em dois pontos. Por um lado, fazendo uma avaliação muito sumária sobre aquilo que foram, os níveis de execução das Grandes Opções do Plano por parte da Câmara Municipal, e acho que não envergonha ninguém, bem pelo contrario, ter um nível de execução de 73,66%, obviamente que tivemos um ano excecional ao nível da receita, mas é uma boa execução, ainda assim queria levantar aqui duas questões que, eu acho que poderiam ter sido um pouco mais desenvolvidas, mas que de certeza neste ano serão, que tem a ver com as questões de cariz social, e também climáticas. Aqui tivemos níveis de execução abaixo dos 50% e nalguns, temos como o reforço da inclusão da igualdade, a salvaguarda da dinamização da população sénior, intervenção social e preventiva, ao nível dos 30%. Estou convicta, que neste ano as coisas serão necessariamente diferentes até porque são necessárias e são emergentes. Ao nível da energia também uma taxa de execução de 35,64%, acho que também aqui podemos e devemos reforçar, a economia verde, será necessariamente uma das respostas que se prevê nomeadamente ao nível da União Europeia, como de enorme importância neste tempo que se espera que seja rápido, que seja amanhã e de pós pandemia que não sabemos quando será, mas que um dia acontecerá. Dividindo a minha intervenção em duas fases, queria falar relativamente ao relatório e prestação de contas da WEMOB. Por princípio, eu entendo que, os orçamentos são o instrumento por excelência do órgão executivo, onde define as suas prioridades e depois, terá necessariamente que as desenvolver. Por isso, sempre foi meu entendimento, a menos que haja algum desvio ou ofensa do ponto de vista jurídico grave, são para viabilizar. Os órgãos executivos têm ou devem ter toda a liberdade para desenvolver as suas ideias e para as pôr em prática. E, por isso, viabilizei o orçamento. Neste momento, de prestação de contas, é o momento de escrutinar o que foi feito. Ou seja, com base nas opções do órgão executivo, é a altura de fazer esse escrutínio. Houve dois pontos e eu não vou criticar a execução muito positiva da receita, porque entendo que é importante que numa gestão, obviamente que deve haver algum equilíbrio, o excedente orçamental ao nível da receita é positivo. Já esse excedente com desvio negativo ao nível da despesa, é muito complicado. Olhando para o relatório e contas, realçam-se duas rubricas onde existe um maior impacto no desvio negativo desse excedente da despesa. Uma com fornecimento de serviços externos, 165/%, e outra de gastos com pessoal de 136%. Eu vou-me focar nesta última, porque efetivamente, depois do que se passou aqui ontem, é importante ter na cabeça alguns números. O valor executado das remunerações com o pessoal, foi um valor de 1.468.394,39€ (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e quatro euros e trinta e nove cêntimos). Eu vou falar em números e não em percentagens porque é importante que as pessoas percebam o que é que eu pretendo chamar aqui atenção. Ou seja, um valor superior em 417.712.00€ (quatrocentos e dezassete mil e setecentos e doze euros), áquilo que foi a despesa no ano de 2018. O valor de 418.773.00€ (quatrocentos e dezoito mil e setecentos e setenta e três euros), superior ao valor orçamentado para o ano de 2019. Um gasto bastante considerável e estamos só a falar de remunerações, nem sequer estamos a falar de encargos e outros encargos, um gasto muito considerável, acima daquilo que foi orçamentado. Depois existe um outro item, que refere as remunerações dos órgãos sociais. E aqui, o valor de remuneração, mais uma vez, sem encargos incluídos, foi de 55.288.01€ (cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e oito euros e um cêntimo), um valor superior em 6.989.84€ (seis mil, novecentos e oitenta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos) relativamente ao ano de 2018. E um valor superior, num valor total com gastos, estamos a falar de 67.215,01€ (sessenta e sete mil, duzentos e quinze euros e um cêntimo). Ou seja, o valor orçamentado para 2019, só relativo a remunerações, era 50.960.00€ (cinquenta mil, novecentos e sessenta euros). Ou seja, o valor recebido foi superior áquilo que foi orçamentado, portanto já nem estou a falar dos quase sete mil euros de 2018, em 4.328,01€ (quatro mil, trezentos e vinte e oito euros e um cêntimo). É importante ter em conta, que no Conselho de Administração e é uma nota que consta do



Relatório, só há uma pessoa que é remunerada que é o Presidente do Conselho de Administração. A minha questão é muito simples, depois do que se passou aqui ontem, salários em atraso obviamente referentes a este ano e tendo em conta a situação de falta de receita total, aquilo que eu pergunto e é uma única pergunta é, como é que, o único acionista desta empresa, permitiu um aumento na ordem destes valores, sem nenhum desvio, daquilo que estava orçamentado? Qual foi o trabalho extraordinário que permitiu a aprovação de um valor desta natureza e de um desvio orçamental, de um excedente sobre despesa de 4.328,01€ (quatro mil, trezentos e vinte e oito euros e um cêntimo), o que deu um total de gasto com o Conselho de Administração, entre encargos e remunerações de 67.215,01€ (sessenta e sete mil, duzentos e quinze euros e um cêntimo)? Mais, 7.562,02€ (sete mil, quinhentos e sessenta e dois euros e dois cêntimos) do quando 2018.”

6.3.2.10 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu relativamente ao orçamento, quero dizer umas coisas que me parecem importantes. A Senhora Presidente da Câmara, fez uma demonstração clara da diferença entre o que é uma gestão de construção relativamente àquilo que era o passado. Sabemos que o passado era obscuro, tinha dificuldade em gerir aquilo que era transparente no exercício do poder na Câmara Municipal de Almada, e a Senhora Presidente com total transparência consegue apresentar um resultado em 2019, extraordinário, tem uma execução orçamental extraordinária, conseguiu fazer obra, lançou obra para 2019, hoje o Concelho está em transformação, não tenho nenhuma dúvida, de que em 2021, os almadenses irão reforçar aquilo que é a posição do Partido Socialista na Câmara Municipal de Almada. Queria dar mais duas ou três notas relativamente a alguns epítetos que foram aqui referidos. O Senhor Deputado Municipal João Galdes, chamou-me de fascista e houve também aqui algumas considerações sobre o Movimento Associativo. Eu sei que a bancada da CDU ou do Partido Comunista, não me dá lições de democracia. Portanto, não aceito lições de democracia de nenhuma bancada e muito menos da do Partido Comunista. Mas queria dizer aqui uma coisa que é importante, é que eu pauto a minha vida em liberdade, respeitando a liberdade e a democracia. Eu sei que têm dificuldade, têm uma visão estalinista da sociedade, têm uma visão estalinista da gestão e do poder do Movimento Associativo e têm dificuldade em lidar com aquilo que é a liberdade e a democracia. São pilares importantes e estruturantes, na minha vida e na vida do Partido Socialista e dos partidos democráticos em Portugal. Portanto, liberdade e democracia é aquilo que nos deve reger. Não uma visão estalinista, absolutamente retrógrada, fechada e com dificuldades em responder àquilo que são as necessidades das populações, e o futuro do Concelho não pode ser comprometido, nem nunca podia ser comprometido porque durante quarenta e um anos este Concelho, esteve a viver no obscurantismo, sem investimento, os investidores não queriam vir para cá, hoje falo com muitos, portanto, havia um conjunto de problemas no nosso Concelho absolutamente insolúveis enquanto este partido estivesse no poder. E felizmente a revolução de outubro de 2017, conseguiu que este Concelho se transformasse num Concelho de liberdade e de democracia. Mas queria voltar ao Movimento Associativo que me parece importante. Hoje mais uma vez ficou claramente demonstrado nas redes sociais, de que aquilo que eu disse ontem, estava confirmado. A Dr.ª da Incrível, fez um comunicado, claro a mando, naturalmente a mando da entidade normal, portanto foi feito aquele comunicado. Portanto, não há dúvida nenhuma de que o Movimento Associativo em Almada, tem que mudar o seu paradigma, tem que mudar a forma como foi construído porque são quarenta e um anos neste registo e não é fácil mudar. Ontem fiquei com algumas coisas por dizer e que hoje quero dizer. Teve a ver com o afastamento e a forma de gestão do Movimento Associativo em Almada, durante a década de 80 afastou muitos jovens do dirigismo associativista. Foi a forma como foi gerido de dentro para fora que afastou muitos jovens nos anos 80 do dirigismo e hoje o problema do Movimento Associativo em Almada, não só a questão do financiamento que se coloca há muitos anos, a questão das estruturas e a questão dos dirigentes, é resultado de uma política como eu ontem disse, que o Partido Comunista queria e fez, que ajoelhou o Movimento Associativo, procurando instrumentalizar absolutamente o Movimento Associativo, para fins que não os que deviam ter, mas para outros fins políticos que estavam à frente e que presidiam essas decisões. Portanto, os dirigentes em Almada hoje, hoje o Movimento Associativo sofre efetivamente de falta de dirigentes, porque nos anos 80 eu sei bem, muitos jovens daquela altura, nós sabíamos muito bem, que quando íamos para o dirigismo, havia sempre alguém que nos dizia: “não, você não pode ir por aí”. Portanto, eu sei muito bem o que era os anos 80 em Almada no Movimento Associativo. Só para dar uma nota final. Hoje o Movimento Associativo, está



como disse ontem, à beira do abismo. E é necessário e faço aqui um apelo aos sócios das coletividades, aos pais dos atletas, aos que amam a liberdade e a democracia, que se mobilizem, vamos começar a transformar as coletividades em espaços livres e democráticos, trabalhando aquilo que é a sua essência no desporto, na cultura, na música onde for. E deixarmos de ter como temos a Senhora Dr.^a da Incrível que é do Partido Comunista e outros dirigentes das centenárias que estão ligadas ao Partido Comunista. É preciso libertar as amarras em Almada, deste jugo, porque o que me parece é que já não há mais caminho a fazer desta maneira.”

6.3.2.11 – O Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu chamo atenção para o seguinte: ouvimos na última Assembleia e nesta, várias considerações sobre as organizações políticas aqui presentes, sobre os Deputados Municipais, infelizmente, essas intervenções não foram circunscritas como era desejável que fossem, e, portanto, fica à consciência dos Senhores/as Deputados/as Municipais continuarem a aprofundar este caminho que eu acho que não nos serve ou procurar outra via que possa afirmar a Assembleia Municipal como um espaço democrático e de resposta às necessidades do Concelho.”

6.3.2.12 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para muito brevemente fazer uma única pergunta. É se o Partido Socialista subscreve ou não subscreve a intervenção que o Senhor Deputado Municipal Pedro Matias acabou de fazer.”

6.3.2.13 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há polémicas e há certos registos e discursos e frases que são proferidas nesta Assembleia Municipal, que nos parece que não ajudam em nada o debate. Agora, há duas ou três coisas que eu acho não podem ficar impunes. Para já, nós termos uma bancada inteira a chamar fascista a um Presidente de Junta democraticamente eleito no nosso Concelho, fica mal, são palavras que ficam mal a quem as profere. Depois, não me parece que seja sequer legítimo, que os Senhores Deputados Municipais do Partido Comunista Português, entendam que um Presidente de Junta não tem direito a dar a sua opinião, porque é alguém legitimamente eleito como todos nós somos. E, portanto, desculpem, se é essa a representação, se é essa a forma como o Partido Comunista Português diz defender o Poder Local Democrático, desculpe, mas ficamos todos muito mal impressionados. Como é óbvio, todos os eleitos têm o direito de expressar as suas opiniões sem serem ofendidos. E, portanto, não me parece que epítetos de fascista ou do que quer que seja, acho que são absolutamente desnecessários, fazem parte muitas vezes do debate político, mas há alturas em que se calhar nós temos que conseguir pôr um bocadinho de gelo no debate e perceber que se calhar o termo ou o epíteto de fascista para alguém é de facto, uma ofensa grave e que não deve ter lugar numa Assembleia democrática como é o caso desta Assembleia Municipal de Almada. Para terminar, se houve outra coisa que também nos apercebemos há pouco, é que a bancada do Partido Comunista Português se sente ofendida por ser chamada, o argumento que usaram há pouco, foi o de que, antes do 25 de Abril, Salazar que era de facto um ditador, utilizava o argumento de chamar aos outros de comunistas para dizer que quem era comunista estava contra o Estado, eu acho que a bancada da CDU, acho eu, não entende que se se chamar comunista a alguém é uma ofensa. Eu não acho que chamar comunista a alguém seja uma ofensa, chamar fascista acho que é uma ofensa.”

6.3.2.14 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A bancada do Partido Socialista, referiu aqui uma questão que tem que ser clarificada. O investimento cresceu 39%. Pois cresceu. Mas, a verdade é que prometeram 25.000.000.00€ (vinte cinco milhões de euros) de investimento e só investiram 13.000.000.00€ (treze milhões de euros). Foi isso. Quando nós dizemos que vocês não executam, é porque há duas contas que se podem fazer, quanto é que cresceu em relação ao ano anterior e afinal quanto é que nós dissemos que íamos fazer e fizemos. E estamos no mesmo. No ano de 2018, investiram



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

9,7 milhões de euros, o pior de sempre, agora melhoraram ligeiramente. Mas tinham prometido quase 25.000.000.00€ (vinte cinco milhões de euros). Portanto, eu já disse isto aqui uma serie de vezes, mexam-se. Estão permanentemente a dormir. Outra nota ainda, é que 13,7 milhões, incluem três parcelas que tem muito pouco significado, 900 mil euros para o WEMOB. Investimento isto? Fui ali já vinha. 550.000.00€ (quinhentos e cinquenta mil euros) de fogos para arrendatários que já eram arrendatários do Município. É preciso é gastar dinheiro, por isso é que foi no dia 31 de dezembro. Para verem com os 13.000.000.00€ (treze milhões de euros) desaparecem. Portanto, 900 mil para o WEMOB, para quê pergunto eu, 550 mil para comprar fogos que não tem sentido nenhum, foi para gastar dinheiro e 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros) para ativos financeiros. Deve ter sido algum empréstimo para os SMAS. Uma última questão, eu gostava que a Senhora Presidente, diga-nos finalmente, já que ainda não nos respondeu a isso, quanto é que se investiu no Sol da Caparica? É que esse número não aparece em lado nenhum.”

7 – Tendo-se atingido o tempo limite regimental, sendo cerca das 1h 20m, muito embora o debate deste ponto não estivesse ainda terminado, deu-se por concluída a 2ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados no dia 29 de junho, pelas 21 horas e 15 minutos.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos, Tiago Galveia e Luís Filipe Pereira.

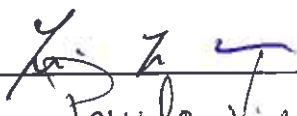
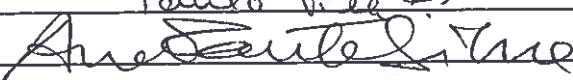
9 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 14 Senhores Municípes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA


Paulo Viegas

Ana Paula Lima